

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ANDRÉA APARECIDA DA SILVA ANITELLI

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: um estudo da Associação de
Proteção e Preservação Ambiental (APPA) de Araras/SP**

**FRANCA
2017**

ANDRÉA APARECIDA DA SILVA ANITELLI

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: um estudo da Associação de
Proteção e Preservação Ambiental (APPA) de Araras/SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito para obtenção de Título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social – Trabalho e Sociedade.

**Orientadora: Profª Drª Analúcia Bueno dos Reis
Giometti**

FRANCA

2017

Anitelli, Andréa Aparecida da Silva.

Serviço social e educação ambiental : um estudo da Associação de Proteção e Preservação Ambiental (APPA) de Araras/SP / Andréa Aparecida da Silva Anitelli. –Franca : [s.n.], 2017. 109 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
Orientadora: Analúcia Bueno dos Reis Giometti

1. Educação ambiental. 2. Recursos naturais- Conservação.
3. Associações sem fins lucrativos. I. Título.

CDD – 301.31

ANDRÉA APARECIDA DA SILVA ANITELLI

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: um estudo da Associação de
Proteção e Preservação Ambiental (APPA) de Araras/SP**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho”, como requisito para obtenção do Título de Mestre
em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social - Trabalho e
Sociedade.**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Profª Drª Analúcia Bueno dos Reis Giometti

1º Examinador: _____

Profª Drª Rita de Cássia Lopes de Oliveira Mendes

2º Examinador: _____

Profª Drª Maria José de Oliveira Lima

Franca (SP), 23 de junho de 2017.

Dedico esta dissertação aos estudantes de baixa renda, pela luta diária e a dificuldade em se concluir uma Pós-graduação;
Aos meus pais, pelo carinho, apoio e incentivo infinito;
E à todos que acreditam na possibilidade de construção de um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

Eu, que sou uma pessoa muito reservada, pensei inúmeras vezes se ao escrever os agradecimentos seria breve ou detalhista. Concluí que sendo breve, não atribuiria o devido mérito à todos que contribuíram para esta caminhada e construção. Não há uma ordem de importância nos agradecimentos que se seguem.

À minha família e amigos, por terem sido o que me manteu em pé ao decorrer destes dois longos anos, nunca permitindo que eu desistisse diante das dificuldades encontradas. Em especial aos meus pais, Luiz e Maria, que mesmo com a inocência das pessoas que (infelizmente) tiveram pouca oportunidade de estudo e sem saberem ao certo do que se trata um mestrado, sempre apoiaram minhas decisões e torceram para que o melhor acontecesse. Agradecimento especial à minha mãezinha, por suas orações de sempre.

Ao meu esposo, André (que, graças à Deus, concluiu um mestrado antes de mim e compreendeu TUDO que passei), pela participação diária em meus conflitos; à Fran, Hanson, Anrri, Anayara, Bia e Alana, amigos que muito me auxiliaram tanto com reconforto, quanto com informações acadêmicas; à Tati, pela troca de informações e referências a respeito de nossos objetos de estudo; à Deise, por me tranquilizar com a aplicação do Reiki; à Eva, que além de ser uma ótima pessoa, foi uma chefe extremamente compreensiva e fundamental para que eu cursasse as disciplinas, no início do mestrado; à Evelisie, minha terapeuta floral, pelo ser e profissional extraordinária que é, de fundamental importância para a conclusão desta etapa em minha vida (sem você, eu não teria conseguido); à professora Analúcia, minha orientadora, pela evolução acadêmica e pessoal que me proporcionou com estes dois anos de convivência; às professoras Maria José e Rita, por participarem de minha Banca de Qualificação e terem aprovado o Projeto; aos meus entrevistados, não só pela colaboração com a pesquisa, mas principalmente pelo amor à APPA (creio que sem amor ao trabalho, não é possível fazê-lo); aos espíritos de luz por me darem tranquilidade e concentração, auxiliando na escrita desta Dissertação. Agradeço também à Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), pelo financiamento da presente pesquisa, o qual contribuiu para a elaboração da Dissertação.

Sem a colaboração de todos vocês, eu não teria chegado até aqui. À todos, a minha eterna gratidão!

O Sal da Terra

Anda!

Quero te dizer nenhum segredo
Falo desse chão, da nossa casa
Vem que tá na hora de arrumar [...]

Vamos precisar de todo mundo
Pra banir do mundo a opressão
Para construir a vida nova
Vamos precisar de muito amor
A felicidade mora ao lado
E quem não é tolo pode ver

A paz na Terra, amor
O pé na terra
A paz na Terra, amor
O sal da

Terra!
És o mais bonito dos planetas
Tão te maltratando por dinheiro
Tu que és a nave nossa irmã

Canta!
Leva tua vida em harmonia
E nos alimenta com seus frutos
Tu que és do homem, a maçã

Vamos precisar de todo mundo
Um mais um é sempre mais que dois
Pra melhor juntar as nossas forças
É só repartir melhor o pão
Recrutar o paraíso agora
Para merecer quem vem depois [...]

(Beto Guedes)

ANITELLI, Andréa Aparecida da Silva. **Serviço Social e educação ambiental**: um estudo da Associação de Proteção e Preservação Ambiental (APPA) de Araras/SP. 2017. 109 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

RESUMO

Tendo em vista a descontrolada degradação ambiental que assola o planeta em que vivemos, compreendemos a importância da realização de estudos acerca das questões ambientais e, especialmente, de possíveis maneiras de frear tal acontecimento. Diante disto, esta dissertação, que teve por principal objetivo analisar a atuação da Associação de Proteção e Preservação Ambiental (APPA) de Araras/SP, buscando compreender a intervenção do Terceiro Setor nas ações de Educação Ambiental, sob a ótica do assistente social, inicia a discussão com reflexões acerca das ações antrópicas, fruto do sistema capitalista, que espolia a natureza e o próprio homem, discorre uma perspectiva histórica dos movimentos ambientalistas existentes desde a década de 1960, e de que forma estes foram fundamentais para a construção da Educação Ambiental, a qual possui diversas vertentes e, em sua perspectiva crítica, tem sido a maneira mais adequada de se trabalhar. Em seguida, é apresentada ao leitor a inserção do Terceiro Setor na temática pesquisada, desembocando no histórico e atividades desenvolvidas pela APPA até o presente momento. À luz destes referenciais, o estudo propõe uma reflexão sobre as possibilidades de trabalho do assistente social frente aos problemas ambientais, tendo encontrado na APPA um espaço propício para o exercício multidisciplinar por parte desta, onde o assistente social possa compor a equipe e contribuir com as ações educativas, preventivas e interventivas, características desta profissão. Apontamos que a prática profissional do Serviço Social também pode ser exercida na questão ambiental, a qual é uma das manifestações da questão social, principal objeto de estudo e de intervenção de nossa atividade.

Palavras-chave: educação ambiental. estudo da APPA. Serviço Social.

ANITELLI, Andréa Aparecida da Silva. **Social Work and environmental education:** a study of the Association of Protection and Environmental Preservation (APPA) of Araras/SP. 2017. 109 p. Dissertation (Masters in Social Work) – Faculties of Humanities and Social Sciences, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2017.

ABSTRACT

In view of the uncontrolled environmental degradation that devastates the planet we live in, it is understandable the importance of carrying out a study on environmental issues and especially about ways to curb such event. Therefore, this dissertation, whose main objective was to analyze the performance of the Environmental Protection and Preservation Association (APPA) of Araras/SP, seeking to understand the intervention of the Third Sector in Environmental Education actions, from the point of view of the social worker, starts the discussion with reflections about anthropic actions, fruit of the capitalist system, which spurs nature and man himself, discourses a historical perspective of the environmental movements existing since the 1960s, and how they were fundamental for the construction of Environmental Education, which has several aspects and, in its critical perspective, has been the most appropriate way of working. It is then introduced to the reader, the insertion of the Third Sector in the researched topic, resulting in the history and activities developed by APPA up to the present time. Considering these references, the study proposes a reflection on the social worker's possibilities of working in the face of environmental problems, having found in APPA a space conducive to the multidisciplinary exercise on its part, where the social worker can compose the team and contribute to the educational, preventive and intervention actions, characteristics of this profession. We point out that the professional practice of Social Work can also be exercised in the environmental issue, which is one of the manifestations of the social question, the main object of study and intervention of our activity.

Keywords: environmental education. study about APPA. Social Work.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Síntese dos Movimentos Ambientalistas	37
QUADRO 2 - Acontecimentos históricos ligados à Educação Ambiental.....	39
QUADRO 3 - Possibilidades de atuação do assistente social nos projetos desenvolvidos pela APPA	69

LISTA DE FOTOS

- FOTO 1 - Foto da microbacia do Alto Ribeirão das Araras - detalhe da margem da represa da Usina Santa Lúcia, onde foi efetuado o reflorestamento56**
- FOTO 2 - Foto da microbacia do Alto Ribeirão das Furnas (área pertencente à Bacia Hidrográfica do Ribeirão das Araras) - Corredor de reflorestamento na Fazenda Santana, onde foi efetuado o reflorestamento56**
- FOTO 3 - Foto da microbacia do Ribeirão Água Branca – Córrego Santa Cruz (área pertencente à Bacia Hidrográfica do Ribeirão das Araras) – Fazenda Bom Jesus, onde foi efetuado o reflorestamento57**
- FOTO 4 - Foto da microbacia do Ribeirão do Ferraz – Vista aérea da Usina São João, com áreas reflorestadas57**

LISTA DE DESENHOS

Desenho 1 – Primeiro lugar no concurso de desenho da 1ª Semana do Meio Ambiente da APPA.....	58
---	-----------

LISTA DE SIGLAS

AEHDA	Associação de Educação do Homem do Amanhã
APPA	Associação de Proteção e Preservação Ambiental
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CMMAD	Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
CTEA	Câmara Técnica de Educação Ambiental
DS	Desenvolvimento Sustentável
EA	Educação Ambiental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
FCHS	Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
FEHIDRO	Fundo Estadual de Recursos Hídricos
MEC	Ministério da Educação
MIT	Instituto de Tecnologia de Massachussets
ONG's	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PIEA	Programa Internacional de Educação Ambiental
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista

UNIARARAS

Centro Universitário Hermínio Ometto

URSS

União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 DETERMINANTES HISTÓRICOS DA QUESTÃO	
SOCIOAMBIENTAL	23
1.1 A incansável busca pela preservação do Meio Ambiente	23
1.1.1 Panorama mundial dos movimentos ambientalistas	30
1.2 Contexto histórico e vertentes da Educação Ambiental.....	38
1.3 Educação Ambiental não formal - A atuação das ONG's	46
CAPÍTULO 2 O TERCEIRO SETOR E A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E	
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DE ARARAS (APPA).....	50
2.1 Surgimento e conceito das ONG's	50
2.2 Conhecendo a APPA	52
2.3 Atividades desenvolvidas pela APPA.....	55
CAPÍTULO 3 SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	62
3.1 Possibilidades de atuação do assistente social na Educação	
Ambiental e nos projetos desenvolvidos pela APPA	62
3.2 Caracterização dos participantes da pesquisa	71
3.2.1 Entrevista com os profissionais voluntários da APPA e a sua visão sobre o	
papel do assistente social	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS.....	93
APÊNDICES	
Apêndice A – Roteiro da entrevista com os fundadores da APPA	100
Apêndice B – Roteiro da entrevista com os profissionais voluntários	
da APPA	101
Apêndice C- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	102

ANEXOS

Anexo A – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).....	104
Anexo B – Carta de Belgrado	106

INTRODUÇÃO

[...] gritam as florestas, abatidas em todas as partes do mundo sob a voracidade produtivista, pois no lugar de árvores frondosas e centenárias pasta gado para carne de exportação. Gritam os rios contaminados pelos agrotóxicos da monocultura de soja, do fumo, dos cítricos e outras. Gritam os solos contaminados por milhões de toneladas de pesticidas. Gritam os ares envenenados por gases de efeito estufa. Gritam as espécies, dizimadas aos milhares a cada ano. Gritam inteiros ecossistemas devastados pela super exploração de seus bens e serviços. Grita a humanidade inteira ao dar-se conta de que pode ser eximada da face da Terra por dois tipos de bombas: pela bomba ecológica representada pelo aquecimento global, que não acaba e aumenta ano após ano. Enfim, grita a Mãe Terra contra a qual está levando uma guerra total: no solo, no subsolo, no ar, nos oceanos, em todas as frentes; guerra da qual não temos qualquer chance de ganhar, pois nós precisamos da Terra, mas ela não precisa de nós. (BOFF, 2015, p. 5 apud GIOMETTI, 2017, p. 43).

A degradação ambiental existe desde que o homem habita a Terra, pois este modifica o meio natural pelo simples fato de sua existência, a qual depende diretamente da utilização e transformação dos recursos naturais. Com o avançar dos anos e o aumento populacional, os problemas ambientais foram se intensificando e conquistando maior visibilidade tanto no meio social, quanto no meio acadêmico, expandindo a realização de estudos acerca desta temática em diversas áreas do conhecimento.

A presente dissertação se apresenta como resultado da pesquisa de mestrado realizada pela autora dentre os anos de 2015 e 2017. Visa apreender a questão ambiental enquanto objeto de estudo do Serviço Social e apontar que na atualidade, a atuação do assistente social na área ambiental, em prol da preservação do meio ambiente, não só é pertinente e plausível, como totalmente possível.

A Lei n. 6.938/81, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (Consoante art. 3º, inciso I, 1981), classifica Meio Ambiente como: "[...] o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas." (BRASIL, 1981).

Para Silva e Trombeta (2011, p. 16):

Desde o advento do capitalismo, com a expansão industrial, o desenvolvimento tecnológico e a produção exacerbada, desrespeitando os limites dos bens naturais, como se a natureza tivesse o poder de inesgotabilidade de seus recursos, o planeta Terra tem enfrentado diversos problemas ambientais, tais como: o

aquecimento global, o desmatamento descontrolado (e impensado), o buraco na camada de ozônio, o descongelamento das calotas polares, a degradação dos solos ocasionada pelo depósito de dejetos químicos, a escassez da água potável, dentre outros.

Fenômenos como estes não ocorriam anos atrás e são claras manifestações do resultado da intervenção humana no ciclo natural de desenvolvimento da natureza, onde o homem enxerga esta apenas como fonte de recursos e tenta dominá-la para satisfazer os seus interesses individuais. A ação humana tem ocasionado, cada vez mais, a multiplicação de fenômenos ambientais, com alterações em cadeia que, como consequência, afetam a qualidade de vida de todos os habitantes do planeta Terra.

O convívio em sociedade não está, nem nunca esteve dissociado do ambiente que está ao nosso redor e uma vez que dependemos existencialmente deste meio, conforme dito anteriormente, preservá-lo, em seus mais diversos aspectos, se faz indispensável para o futuro da humanidade.

Estudos nos mostram que desde a década de 1960, são formados grupos que propõem discussões acerca da questão/temática ambiental, na tentativa de mostrar para o mundo que é necessário, o quanto antes, uma tomada de consciência ecológica¹ e que o futuro do planeta Terra está em nossas mãos, pois está cada vez mais evidente que preservação ambiental é sinônimo de sobrevivência humana.

Falamos em processo de consciência e não apenas consciência porque não a concebemos como uma coisa que possa ser adquirida e que, portanto, antes de sua posse, poderíamos supor um estado de “não consciência”. Assim como para Marx, não nos interessa o fenômeno e suas leis enquanto forma definida; o mais importante é a lei de sua transformação, de seu desenvolvimento, as transições de uma forma para outra. (IASI, 2011, p. 12).

A consciência ecológica surge diante da ameaça à qualidade de vida da população mundial, devido à expansão da tecnologia e o aumento populacional que têm levado à deterioração dos recursos ambientais.

¹ De um modo geral, trata-se da habilidade de compreender o meio ambiente em que se vive, as ações realizadas em relação a ele, os impactos causados a curto, médio e longo prazos. Esta consciência só se torna completa, porém, quando a percepção amplia-se a ponto de se perceber não apenas a própria casa, mas todo o planeta, como o ambiente em questão (PENSAMENTO VERDE, 2014).

Pode-se dizer, sem ironia, que talvez depois dos assuntos esportivos e dos temas políticos, são os problemas ecológicos os que vêm ocupando mais espaço e obtendo maior consideração por parte da imprensa. Tal é mesmo a importância dessa ciência, que políticos de todo o mundo começam a desfraldar a bandeira da Ecologia. (FERRI, 1976, p. 13).

A questão ambiental foi escolhida como tema para a presente pesquisa devido ao estado de premência em que se encontra o nosso planeta e, tendo em vista que questões relacionadas ao meio ambiente também são desdobramentos da questão social, portanto, a crise ambiental vivenciada nos dias atuais, se trata de uma das diversas manifestações da questão social, principal objeto de estudo e intervenção do Serviço Social. Tal tema foi elencado com o propósito de mostrar que quando se fala de vida, não é somente a vida humana que está em pauta, mas também a vida da natureza, e que a sua conservação está intrinsecamente ligada a nós, seres humanos.

O debate acerca do relacionamento entre homem e meio ambiente, organizando as relações sociais de acordo com a inserção de cada indivíduo no local onde vive e no ambiente socialmente construído, se trata de uma temática polêmica e muito próxima do universo do Serviço Social, pois se trata de uma relação complexa. Desse modo, a presente pesquisa é de suma relevância para o programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Câmpus Franca/SP,

[...] pois este estudo objetiva responder as indagações acerca dessa temática no que concerne a crise ecológica contemporânea, e apreender o trabalho de assistente social no trato dessa questão enquanto intervenção profissional. (SILVA, T. P., 2016, p. 15).

Para tanto, teve-se como foco da pesquisa a Organização Não Governamental (ONG) “Associação de Proteção e Preservação Ambiental” (APPA), do município de Araras, cidade localizada no interior do Estado de São Paulo. As aproximações iniciais com o universo da pesquisa se deram no primeiro semestre do ano de 2015, assim que a pesquisadora obteve conhecimento acerca da existência da APPA. Inicialmente, pensou-se que haveria assistentes sociais na referida instituição (devido ao fato de a mesma se tratar de uma ONG, espaço comumente ocupado pelos profissionais do Serviço Social). Porém, a partir do primeiro contato

com o Sr. Éder H. Presta, atual Diretor Executivo deste espaço, obteve-se o conhecimento de que tal profissional era inexistente, bem como de que a APPA (fundada em 1996), estava inativa há três anos. Diante deste fato, mas com o conhecimento das diversas atividades que foram desenvolvidas por esta ONG ao longo de seus quase vinte anos de atividade, optou-se por dar continuidade à pesquisa proposta, adaptando-a à atual realidade vivenciada pela mesma. Decidiu-se por apresentar o histórico de sua criação e os projetos que foram por ela elaborados, aplicar uma entrevista com alguns dos fundadores e com os principais voluntários da ONG, e então propor a inserção do profissional do Serviço Social na esfera da educação ambiental, principal foco de atuação da APPA.

O Serviço Social, enquanto profissão de caráter crítico e transformador, também é possuidor de uma dimensão educativa, sendo assim, é capaz de contribuir para uma melhoria na qualidade de vida do sujeito em contexto.

Com isso, verificamos a importância de realizar uma análise crítica das manifestações da questão socioambiental para ser discutida sobre a relação do homem com a natureza e o destino do futuro do planeta frente à degradação ambiental cada vez maior pela ação antrópica. (SILVA, T. P., 2016, p. 15).

Destarte, o principal objetivo desta pesquisa foi analisar a atuação da APPA, buscando compreender a intervenção do Terceiro Setor nas ações de Educação Ambiental, sob a ótica do assistente social.

A metodologia da pesquisa foi pautada no materialismo histórico dialético, uma vez que este método visa, por meio do estudo da vida em sociedade, compreender as contradições às quais somos submetidos cotidianamente. O método em questão parte da realidade abstrata para buscar pela realidade concreta, sendo crítico e dialógico.

Para isso, o estudo contou com pesquisa bibliográfica e eletrônica, utilizando-se da metodologia analítica para a construção do primeiro e segundo capítulo. Tal etapa serviu de apoio para reflexões e a sistematização dos dados que foram obtidos após a análise das entrevistas.

Todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos; em contrapartida, nem todos os ramos de estudo que empregam esses métodos são ciências. Dessas afirmações, podemos concluir que a utilização de métodos científicos não é da

alçada exclusiva da ciência, mas **não há ciência sem o emprego de métodos científicos**. (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 44, grifo do autor).

É mister dizer que a pesquisa fundamentou-se numa perspectiva qualitativa.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilha com seus semelhantes. Desta forma, a diferença entre abordagem quantitativa e qualitativa da realidade social é de natureza e não de escala hierárquica. (GAUDÊNCIO, 2013).

Desta forma, a dissertação se divide em três capítulos: no primeiro consta o resultado da pesquisa teórica realizada para o embasamento principal deste estudo, onde se elucida a temática “meio ambiente”, através de um texto introdutório a respeito das modificações que ocorreram no meio natural ao longo do tempo, de que forma tais transformações contribuíram para o desenvolvimento dos movimentos ambientalistas e como estes favoreceram o início da educação ambiental. Ainda neste capítulo, apresentam-se as vertentes da educação ambiental (comportamental e crítica), e as suas formas de atuação (formal e não-formal).

Tendo encontrado na educação ambiental não-formal, um espaço de atuação, o segundo capítulo vem com a inserção do terceiro setor na temática pesquisada, tecendo sobre a origem das ONGs, o histórico e as atividades desenvolvidas pela APPA. Ressalta-se que parte da fala de um dos entrevistados (fundador da ONG) foi inserida a partir do segundo capítulo, como forma de suprir a escassez de material que a APPA possui e possibilitar melhor compreensão para o leitor, no que tange ao histórico da ONG.

Já o terceiro capítulo, se trata das possibilidades de atuação do assistente social na educação ambiental e nos projetos desenvolvidos pela APPA, e finaliza a pesquisa com a análise das entrevistas realizadas com os profissionais voluntários da ONG e a visão que os mesmos possuem a respeito do papel do assistente social frente à questão ambiental.

[...] precisamos fortalecer em nossa própria identidade a verdade e o impulso libertador da esperança; uma esperança e uma capacidade de sonhar e de acreditar no futuro que é urgente transmitir. Uma esperança que, vivida a partir do compromisso, nos afirma constantemente que a mudança é possível. (Lucini, 1996 apud GAONA PÉREZ, 2009, p. 35).

Ressalta-se que o processo de seleção dos participantes da pesquisa se deu em reunião com o atual Diretor Executivo, o qual apontou tais sujeitos como os mais capacitados para responder o roteiro de entrevistas elaborado, devido ao maior envolvimento destes na APPA (se comparado com os demais voluntários), caracterizando significativa importância dos mesmos. Desta forma, e sendo a APPA uma ONG que não possui um profissional de Serviço Social, conforme apontado anteriormente, salienta-se que os participantes da presente pesquisa são profissionais com variadas formações acadêmicas. Os participantes selecionados para responder a entrevista, foram: dois dos fundadores da ONG, dois biólogos que trabalharam por um determinado tempo na APPA, sendo os responsáveis pelo planejamento e execução da maioria dos projetos de educação ambiental desenvolvidos, e o atual Diretor Executivo da mesma, totalizando cinco participantes entrevistados.

Tempos depois da reunião supramencionada, o projeto de pesquisa foi aprovado em exame de qualificação, ocorrido no dia 21 de outubro de 2016, e submetido à Plataforma Brasil (Comitê de Ética online), com posterior análise e aprovação da mesma no dia 09 de março de 2017 (Número do Parecer: 1.955.815)².

Após a devida aprovação da Plataforma Brasil, realizou-se as entrevistas por meio de roteiro semiestruturado. Ressalta-se que o roteiro das entrevistas foi organizado e subdividido em dois blocos, sendo que o primeiro bloco (dados sobre o sujeito da pesquisa) conteve perguntas de caráter pessoal (como por exemplo: profissão, área de atuação, atividades que já desenvolveu e que foram relacionadas com o meio ambiente, atual local de trabalho, dentre outras), pensadas para que fosse possível conhecer melhor cada um dos entrevistados; e o segundo bloco (questionário da pesquisa de campo), tratou de questões direcionadas para o olhar dos participantes da pesquisa no tocante ao envolvimento do assistente social com atividades de educação ambiental.

² Devido a importância do referido parecer, o documento pode ser observado na íntegra, nos anexos desta dissertação.

As entrevistas foram realizadas com o objetivo de obter conhecimento genuíno acerca da criação da APPA, saber de que forma se deu a motivação dos criadores para lutar pela inauguração da mesma, realizada na década de 1996, além de terem sido uma forma de conhecer os profissionais atuantes nesta ONG e compreender qual a visão que os mesmos possuem a respeito do papel do assistente social.

É mister salientar que as entrevistas ocorreram de duas formas distintas, sendo que quatro delas se deram por meio da aplicação de questionários enviados por e-mail (mediante solicitação dos próprios participantes, devido a sua rotina de trabalho e familiar, ocasionando dificuldade em dispor de uma data para encontro com a pesquisadora) e uma delas ocorreu pessoalmente, com a gravação da fala do entrevistado, seguida de posterior transcrição. Sendo assim, no decorrer da pesquisa de campo, a aplicação do instrumento (roteiro de entrevistas) se deu de forma direta e indireta, visto que:

A técnica de aplicação do instrumento pode ser classificada como direta ou indireta. Direta quando há o contato corpo a corpo com o entrevistado e indireta quando é feita a entrevista por e-mail, por telefone ou por satélite, via conferência, por exemplo. Portanto não importa o procedimento, o instrumento ou técnica utilizada para obtenção de dados, o que realmente importa é obter dados concretos e mais verdadeiros possíveis sobre a realidade investigada. (DALBÉRIO, 2006, p. 86 apud SILVA, T. P., 2016, p. 19).

Para a realização das entrevistadas supracitadas, foram utilizados, respectivamente, questionário pré-estabelecido, roteiro de entrevistas e um gravador de voz, além do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), elaborado pela pesquisadora no ano de 2016 e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) no ano de 2017.

Em consonância com o TCLE, no tocante aos princípios éticos da pesquisa científica e à necessidade de manter sigilo e discrição a respeito dos participantes envolvidos na mesma, em todas as suas etapas, desde a aceitação em ser entrevistado (a), até a análise dos dados, serão utilizados nomes fictícios, a fim de preservar a identidade dos participantes da pesquisa de campo.

É importante lembrar que os métodos acima são articulados e simultâneos, contribuindo para a aproximação com a realidade a ser estudada. Por isso, a pesquisa se apresenta como sendo de caráter teórico e empírico, o que exigiu

substancial trabalho com referencial teórico sobre o tema escolhido e a análise da bibliografia.

A partir dos dados obtidos com o referencial teórico, em conjunto com as informações obtidas nas entrevistas realizadas com os profissionais voluntários da ONG, foi realizada a análise da ação proposta. Relacionando o conjunto dos dados, foi possível concluir a pesquisa e elaborar a redação final da dissertação.

O CONHECIMENTO CIENTÍFICO se produz pela busca de articulação entre teoria e realidade empírica. O método tem uma função fundamental: tornar plausível a abordagem da realidade a partir das perguntas feitas pelo investigador. [...] Ao se desenvolver uma proposta de investigação e no desenrolar das etapas de uma pesquisa, o investigador trabalha com o reconhecimento, a conveniência e a utilidade dos métodos disponíveis, em face do tipo de informações necessárias para se cumprirem os objetivos do trabalho. (MINAYO, 2007, p. 54, grifo do autor).

Uma vez que a pesquisa envolveu seres humanos, é de suma importância ressaltar que todas as etapas da mesma obedeceram as seguintes Resoluções: nº 196, de 20 de outubro de 1996; nº 466, de 12 de dezembro de 2012; e nº 510, de 07 de abril de 2016. Salienta-se também que o trabalho foi embasado pelo Código de Ética do Assistente Social e pelos princípios do projeto ético-político desta profissão.

Destaca-se também que ao findar esta pesquisa, os resultados obtidos serão socializados com os participantes das entrevistas, bem como com a APPA, de forma geral, uma vez que será disponibilizada uma cópia da redação final da dissertação para que um responsável pela referida ONG possa acrescentar em seus arquivos. Pretende-se ainda apresentar a pesquisa em futuros eventos que abordem a temática meio ambiente, de forma a fomentar maiores estudos e discussões acerca da questão ambiental dentro do universo do Serviço Social.

CAPÍTULO 1 DETERMINANTES HISTÓRICOS DA QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Tudo é certo em saindo das mãos do Autor das coisas, tudo degenera nas mãos do homem. Ele obriga uma terra a nutrir as produções de outra, uma árvore a dar frutos de outra; mistura e confunde os climas, as estações; mutila seu cão, seu cavalo, seu escravo; transtorna tudo, desfigura tudo; ama a deformidade, os monstros; não quer nada como o fez a natureza, nem o homem; tem de ensiná-lo para si, como um cavalo de picadeiro; tem que moldá-lo a seu jeito como uma árvore de seu jardim. (Rousseau, 1762, p. 1 apud MILLIET, 1973, p. 9).

1.1A incansável busca pela preservação do Meio Ambiente

Ao discorrer deste capítulo, será abrangido e explicitado, através de uma abordagem histórica, as constantes mudanças ocorridas no ecossistema, acentuadas pelas atividades antrópicas, bem como será apresentada a evolução dos passos que levaram ao surgimento da educação ambiental. Smith (2011) faz uma projeção do mundo para 2050, nos levando a pensar que se a deterioração ambiental continuar como está agora (e como vem ocorrendo ao longo dos anos), não será apenas o clima que apresentará grande alteração, mas que a população humana e todos os seres vivos também continuarão sofrendo as consequências desta exploração desenfreada e impensada, algo que desembocará diretamente na escassez de recursos naturais.

Mas, afinal, para que nos damos ao trabalho de projetar 40 anos no futuro? Para imaginar como seria o mundo em 2050, precisamos estudar de perto o que está acontecendo hoje, e por quê. Forçando nossas mentes a adotar uma perspectiva abrangente, podemos identificar fatores que poderiam parecer benéficos no curto prazo, mas que geram consequências indesejáveis no longo prazo, e vice-versa. Afinal, fazer coisas boas (ou pelo menos, coisas menos ruins) no longo prazo é um objetivo válido. Eu certamente não acredito que o futuro seja predeterminado: grande parte do que acontecerá ou não daqui a 40 anos **depende das ações** ou inações que serão tomadas entre hoje e 2050. (SMITH, 2011, p. 7, grifo nosso).

Como é possível notar, o referido autor também nos apresenta a ideia da intervenção humana (seja positiva ou negativa) no ambiente natural, dando indícios de que as ações tomadas pelo homem podem modificar o meio ambiente. Para Muller (1996 apud MONTIBELLER-FILHO, 1999, p. 14), “[...] o homem é, antes de tudo, parte do grande organismo da natureza, concebido como totalidade viva e

divina [...]” Diante disto, vivemos uma relação de interdependência com a natureza, onde preservá-la, é sinônimo de preservar a vida humana.

Stengers (2015)³, afirma que:

A mudança climática global deixou de ser uma previsão alarmista. A exploração descontrolada dos recursos da Terra começa a mostrar sua dimensão trágica: secas, inundações, envenenamento por pesticidas, poluição, desigualdades sociais crescentes são problemas que já não podem ser tratados de forma isolada.

Neste sentido, a autora propõe uma reflexão “[...] diante da situação em que se encontra a relação entre o homem e o mundo.” (STENGERS, 2015). Nos chama a atenção o fato de que a relação homem-natureza tem se mostrado deficitária, pois a “[...] construção pelos seres humanos de um espaço próprio de vivência, diferente do natural, se deu [...] com a modificação do ambiente natural.” (DIAS, R., 2011, p. 1), influenciando diretamente (e negativamente) na relação do homem consigo mesmo. Marx (1996a, p. 297), aponta que “[a]tuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.”

Para a compreensão da atual crise ecológica, bem como do pensamento contemporâneo a respeito da questão socioambiental, é imprescindível que se realize uma breve análise de seus determinantes históricos, ensejada através do conhecimento epistemológico acerca do estudo de fontes consagradas, no que tange aos registros sobre a relação do homem com a natureza, fazendo um estudo sobre as modificações ocorridas e construídas socialmente.

[...] simultaneamente ordem das coisas e hábito social, e toda mudança grave na ordem humana é também uma alteração da natureza, pois em cada período da história da humanidade forma-se um *Weltanschauung*⁴ da qual vão emergir as diferentes representações, científica, estética e moral da Natureza. (Lenoble, 2002, p. 23 apud RAMOS, 2010, p. 68).

³ Informação retirada da orelha da obra.

⁴ *Weltanschauung* é um substantivo feminino composto de duas palavras alemãs: *Welt* – mundo, e *Anschauung* – concepção, percepção, intuição. *Weltanschauungen* é sua forma plural. As diversas traduções do conceito são cosmovisão, biocosmovisão, concepção de mundo, mundividência, visão de mundo e percepção de mundo, dentre outras possíveis em português, e as já bem conhecidas *worldview* e *life-worldview*, em inglês (OLIVEIRA, 2008, p. 33).

É preciso estudar o passado para entender o presente e refletir sobre este período atual (ações ou inações, como proposto por Smith) para possibilitar a imaginação do futuro. Para tanto, será apresentada uma sucinta retrospectiva acerca das constantes mudanças na concepção de natureza, ocorridas com o avançar dos anos.

Será abordado como se deu o processo de desvalorização da natureza, o qual culminou na atual crise ecológica, comprometendo a sustentação das gerações futuras na Terra.

Para entender a natureza e a força das restrições estruturais prevaescentes, é necessário comparar a ordem estabelecida do controle sociometabólico com os seus **antecedentes históricos** [...] no que diz respeito ao intercâmbio produtivo dos seres humanos com a natureza e entre si. (MÉSZÁROS, 2011, p. 96, grifo nosso).

Conceber a forma como a concepção de natureza foi se modificando com o avançar da raça humana, nos permitirá entender porque hoje a mesma (a natureza) é vista como algo dissociado dos seres humanos.

No primeiro período da filosofia grega (período pré-socrático), é possível notar que a natureza era vista como objeto de *contemplação* e parte integrante do ser, sendo assim, entendida como a própria existência humana, logo, preservada pela população da época.

Sem examinar em detalhes cada uma das teorias desenvolvidas [...], pode-se dizer, esquematicamente, que elas se aproximam na tentativa de reconhecer e reunir a pluralidade do Universo através de elementos ou substâncias arquetípicas: o ar, a água, a terra, o fogo. Tais elementos davam origem aos fenômenos naturais, formavam os diferentes seres e toda a multiplicidade da natureza.

Uma característica do período em questão é que **o conhecimento produzido não visava à transformação da natureza, mas sim, ao alcance de uma espécie de saber contemplativo**, no sentido de criar harmonia dos homens com a *physis*, ou de descobrir as regras que ela ditava aos homens. (RAMOS, 2010, p. 73, grifo nosso).

De acordo com Bornheim (1985, p. 17-18):

Sabe-se que a primeira tentativa de pensar racionalmente a natureza, considerada de início como a totalidade de tudo o que existe, deveu-se aos filósofos pré-socráticos [...] A questão toda se concentra, portanto, no modo como a natureza se faz presente para

o homem; ou melhor; no modo como o homem torna a natureza presente.

À physis pertencem o céu e a terra, a pedra e a planta, o animal e o homem, o acontecer humano como obra do homem e dos deuses e, sobretudo, pertencem à physis os próprios deuses. [...] Estas parecem ser as notas fundamentais da physis, possibilitadoras da “física” pré-socrática. Pensando a physis, o filósofo pré-socrático pensa o ser, e a partir da physis pode então aceder a uma compreensão da totalidade do real: do cosmos, dos deuses e das coisas particulares, do homem e da verdade, do movimento e da mudança, do animado e do inanimado, do comportamento humano e da sabedoria, da política e da justiça.

Com o advento do Cristianismo (386 d.C.), passou-se a acreditar na *superioridade* do homem em relação ao meio natural, devido ao fato de este primeiro ser dotado de *razão*. Acentuou-se assim a dicotomia entre homem e natureza.

No início do século XVII, o meio ambiente passou a ser visto apenas como matéria. Ao se consolidar o surgimento da razão e da ciência neste século, adota-se uma nova visão do espaço natural: ele passa a ser *mecanicista e funcional*.

A paisagem natural e a paisagem antrópica passam a compor dois aspectos diferenciados e dicotômicos na análise proposta pelo homem, que se distancia cada vez mais da natureza, colocando em evidência a *ciência, que avança rapidamente* e passa a explicar todos os fenômenos que ocorrem na paisagem geográfica.

Tendo cedido em sua autonomia, a razão tornou-se um instrumento. No aspecto formalista da razão subjetiva, sublinhada pelo positivismo, enfatiza-se a sua não-referência a um conteúdo objetivo; em seu aspecto instrumental, sublinhado pelo pragmatismo, enfatiza-se a sua submissão a conteúdos heterônomos. A razão tornou-se algo inteiramente aproveitado no processo social. Seu calor operacional, seu papel de domínio dos homens e da natureza tornou-se o único critério para avaliá-la. (HORKHEIMER, 2002, p. 29 apud ROSA, 2015, p. 20).

O “poder” da razão humana desemboca no domínio da natureza. Rosa (2015, p. 22) aponta que “[...] neste processo hierárquico, a relação homem e natureza se estabelece com tensão, para não mostrar que o homem é dominado pela natureza, ele a domina.”

Para Carvalho (2012, p. 97) “[...] a natureza foi classificada segundo sua utilidade em suprir as necessidades humanas imediatas [...]”, ou seja, o que antes era alvo de contemplação por si só, agora passa a ser observado com um propósito:

o de possuir um fim específico, em virtude da satisfação dos interesses individuais dos seres humanos.

A visão da natureza como domínio do selvagem, do ameaçador e do estabelecimento desagradável estabeleceu-se sobre a crença de que o progresso humano era medido por sua capacidade de dominar e submeter o mundo natural. Tal visão, que situa o ser humano como centro do universo, é denominada pelo ecologismo como antropocêntrica⁵. (CARVALHO, 2012, p. 95).

Já no século XVIII, incide a *Revolução Industrial*, reputada, por diversos autores, como o acontecimento de maior influência para a degradação ambiental, devido à sua associação ao início do *modo de produção capitalista*. Em Marx (1983a, p. 529-530 apud ROSA 2015, p. 22), “[...] produção capitalista somente desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na mesma medida em que destrói as fontes de toda a riqueza: a terra e os trabalhadores.”

As primeiras manifestações de gestão ambiental procuravam solucionar problemas de escassez de recursos, **mas só após a Revolução Industrial** os problemas que concernem à poluição **começaram a ser tratados de modo sistemático**. (BARBIERI, 2011, p. 65, grifo nosso).

Com o grande avanço da *ciência* e sendo cada vez maior a valorização da *razão* neste século, o *Iluminismo* surge com a ideia de tornar a natureza útil ao homem, por meio da “[...] grande transformação da capacidade produtiva humana.” (DIAS, R., 2011, p. 5), compreendendo que este último seria capaz de “construir”, ele mesmo, a civilização.

Dessa forma, o sistema de produção capitalista hegemônico é o que espolia o social e interfere no ciclo natural dos sistemas ambientais, que sob influência do pensamento mecanicista e reducionista cartesiano (fundamentos da ciência moderna), não incluem a biosfera como elemento primordial para continuação genuína do Planeta Terra. (SILVA, T. P., 2016, p. 28).

No início do século XX, a teoria crítica de Adorno e Horkheimer afirma que o desejo despertado no homem de dominar o espaço natural, vem de sua

⁵ Visão antropocêntrica: a qual é regida pelo pensamento de que o ser humano é superior aos demais seres vivos (CALDEIRA; NUNES; MORALES, 2013, p. 8).

necessidade de soberania sobre os elementos naturais, os quais são vistos como simples objetos de espoliação. Para tais pensadores, a divisão entre sujeito e objeto é fator determinante para que se distancie o ser humano da natureza, pois esta é subjugada aos desígnios humanos, que por meio da técnica atinge os objetivos propostos na sua apropriação dos fatores naturais.

Segundo Adorno e Horkheimer (1985), [...] o sujeito passou a fragmentar a natureza e, em partes, conseguiu transformá-la, usando-a para suprimir suas necessidades, substituindo a relação de dependência por outra relação: a de **dominação**. [...] domina pelo totalitarismo, pela violência e **separa** homem e natureza. Essa **racionalidade**, por meio da fragmentação, [...] foi o que concretizou o domínio da natureza e fundamentou a **ciência moderna**. (ROSA, 2015, p. 21, grifo nosso).

Sobremodo, podemos depreender o século XX como o século da “coisificação” da natureza e também das pessoas, pois em seu bojo, incide até mesmo o *homem*, que com o processo de expansão capitalista a todo vapor, *passa a ser apenas mais um objeto*.

Essa lógica de produção capitalista, onde *tempo é dinheiro* - “*Time is Money*” termo advindo da produção fabril em massa, com a invenção da produção em série, das esteiras, do tempo cronometrado e do controle na chegada e saída dos funcionários (o afamado bater cartão), implantados respectivamente através do Taylorismo, Fordismo e do Toyotismo – (além do **desrespeito aos Direitos Humanos, com maior índice de acidentes de trabalho**, devido tamanha exploração dos trabalhadores), traz consigo o desrespeito total aos recursos naturais, agredindo-os e destruindo-os, de forma completamente insustentável. (SILVA; TROMBETA, 2011, p. 23, *itálico do autor; negrito nosso*).

Há então a total desvalorização do sujeito, onde, além de dominar a natureza, o homem passa a dominar o próprio homem. Para Papa Francisco (2015, p. 37, grifo nosso):

O ambiente humano e o ambiente natural degradam-se em conjunto; e não podemos enfrentar adequadamente a degradação ambiental, se não prestarmos atenção às causas que têm a ver com a **degradação humana e social**. De facto, a deterioração do meio ambiente e a da sociedade afectam de modo especial os mais frágeis do planeta.

Diante do texto apresentado até o momento, percebe-se que até este período, os bens naturais eram vistos como fonte inesgotável e a degradação ambiental era analisada dentro de uma escala local.

Até os anos 50, a poluição era um problema circunscrito, tratado por engenheiros de produção e saneamento, confinado ao impacto local das suas consequências. Desde então, a utilização e o desperdício irresponsáveis dos recursos naturais em todos os níveis sociais mudaram drasticamente. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1998, p. 37 apud SILVA; TROMBETA, 2011, p. 21).

Porém, a multiplicação dos fenômenos ambientais destrutivos causados pelas atividades antrópicas, tais como: o aquecimento e a acidez das águas oceânicas; a degradação e desertificação dos solos; a escassez da água potável; a poluição do ar; e talvez o mais preocupante deles, o aquecimento global, fenômeno este responsável pelo aumento da temperatura do planeta que habitamos, ocasionando, impreterivelmente, o derretimento das geleiras e o aumento do nível do mar, acarretaram cada vez mais alterações em cadeia que, como consequência, passaram a afetar a qualidade de vida de todos os habitantes do planeta Terra e ganharam repercussão mundial.

Nos anos 70, o problema foi tratado regionalmente a princípio, globalmente depois. A preocupação pelos fenômenos de desertificação, de desflorestação, de erosão dos solos, da chuva ácida e da poluição do ar em meios urbanos, começou a figurar na agenda internacional. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1998, p. 37 apud SILVA; TROMBETA, 2011, p. 21).

E ainda:

Pelos anos 80, tornou-se claro que a atividade humana era a causa da ruptura à escala planetária. Acrescentados à primeira lista, surgiram o buraco de ozônio, o aquecimento global, a redução da biodiversidade, as sequelas da pesca excessiva e a poluição dos rios. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1998, p. 37 apud SILVA; TROMBETA, 2011, p. 22).

Nota-se desta forma a necessidade de mudança do paradigma vigente da época, pois “[e]m escala mundial, [havia] a confirmação sobre as mudanças

ambientais, principalmente a partir do aumento significativo dos desastres ambientais.” (SILVA, T. P., 2016, p. 27). Para Giometti et al. (2010, p. 97):

[...] este acréscimo ocorre com vistas a manter o atual estágio de desenvolvimento técnico-científico da sociedade contemporânea, ávida do consumismo e inebriada pela melhoria de suas condições materiais de existência. Destarte, o meio natural tem-se ressentido de tal demanda e corriqueiramente vem demonstrando as suas contrariedades frente às intervenções antrópicas.

É dentro deste contexto que surgem os movimentos ambientalistas⁶.

1.1.1 Panorama mundial dos movimentos ambientalistas

A década de 1960 marca o início dos movimentos ambientais, com vistas à mudança de paradigma que visava a preservação ambiental, e dentre estes movimentos pode-se destacar com ênfase o ano de 1968, com o *Clube de Roma*⁷, sendo este o “[...] primeiro grupo do qual se tem registro que levantou a discussão do uso crescente dos recursos naturais em prol do crescimento econômico.” (SILVA; TROMBETA, 2011, p. 22). Em seus encontros, da união entre diversos políticos, cientistas e empresários – de nível nacional e internacional – o *Clube de Roma* tratou de discutir e pautar a preocupação com a espoliação da natureza e deu visibilidade às graves consequências advindas do desenvolvimento predatório, surgindo com uma proposta para o enfrentamento dos desastres ambientais ocorridos até então nos ecossistemas terrestres.

É importante destacar que o Clube de Roma, em 1971, encomendou ao Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT)⁸, Estados Unidos – um estudo sobre a situação do Planeta, o qual culminou na elaboração de diversos relatórios.

Os relatórios do Clube de Roma são expressões típicas da visão *neomalthusiana* que tiveram destaque tanto no meio acadêmico quanto na grande imprensa e contribuíram para divulgar o pessimismo sobre as possibilidades de a Terra sustentar o

⁶ Acerca dos movimentos ambientalistas, vale salientar que “Ambientalismo é o conjunto de ações teóricas e práticas visando à preservação do meio ambiente.” (MONTIBELLER-FILHO, 1999, p. 24).

⁷ Destaca-se que o Clube de Roma levou este nome devido ao local de sua reunião, que foi uma vila da cidade de Roma.

⁸ *Massachusetts Institute of Technology*.

crescimento econômico. (BARBIERI, 2004 apud BORGES; TACHIBANA, 2005, p. 3, grifo do autor).

Em 1972, foi confeccionado o relatório mais famoso do *Clube de Roma*, denominado “Os Limites do Crescimento Econômico”, o qual propunha *crescimento zero* no que tange à atividade econômica, visando a garantia da perpetuidade da existência da vida no Planeta, porém, tal relatório não foi bem recebido pelas nações menos desenvolvidas, uma vez que lhes tirava a possibilidade de equiparação econômica com os países mais desenvolvidos e industrializados, “[...] causando dessa maneira uma bipolaridade no que se refere à questão ambiental. ” (WADA, [201-]). O mesmo relatório anuncia que:

[...] caso não haja mudanças significativas nas relações físicas, econômicas e sociais observadas até então, a produção industrial e a população crescerão rapidamente para decrescer depois no decorrer do próximo século; a produção decrescerá devido à diminuição de recursos e a população, pela elevada taxa de mortalidade devido à diminuição dos alimentos e dos serviços médicos [...] mesmo com a duplicação dos recursos naturais, o colapso populacional não seria impedido, porque o elevado crescimento industrial decorrente da maior oferta de recursos elevaria o nível de poluição para além da capacidade de assimilação do meio ambiente, o que aumentaria a taxa de mortalidade e reduziria a produção de alimentos. (BORGES; TACHIBANA, 2005, p. 3).

Ainda que com duras críticas concernentes a este relatório, ele foi de grande importância societária, pois estudou meios para a obtenção de um equilíbrio global e ambiental, além de ter divulgado amplamente a situação alarmante na qual o Planeta se encontrava. Para Duailibi e Araújo (2004, p. 3):

De qualquer modo, foi a primeira vez que um sério instituto de pesquisa, financiado por poderosos empresários do primeiro mundo, apontava a situação a que o Planeta estava exposto. Por fim, o mundo tomava conhecimento, oficialmente, das limitações ambientais ao crescimento.

Por fim, podemos afirmar que o relatório “Os Limites do Crescimento Econômico”, serviu como “[...] subsídio para os debates da Conferência de Estocolmo.” (BORGES; TACHIBANA, 2005, p. 4).

Deu-se, desta forma, em junho de 1972 (mesmo ano da publicação do relatório supracitado), a *Conferência de Estocolmo*, também conhecida como a “Conferência

das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente”, ou “Assembleia Geral sobre o Meio Ambiente Humano”, realizada em Estocolmo, capital da Suécia, foi “a primeira de grande repercussão a debater tal tema” (SILVA; TROMBETA, 2011, p. 24).

A *Conferência de Estocolmo* trouxe à tona discussões concernentes à questão ambiental, com o diferencial de uma repercussão mais ampliada sobre a temática: “Crescimento Econômico e Meio Ambiente”, com a presença de 113 países.

Esta Conferência é considerada um marco político internacional para o surgimento de políticas de gerenciamento ambiental. Ali foram propostos novos conceitos como o do Ecodesenvolvimento, uma nova visão das relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento; gerados e criados novos importantes programas como o das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); gerados documentos da relevância da Declaração sobre o Meio Ambiente Humano, uma afirmação de princípios de comportamento e responsabilidade que deveriam governar as decisões relativas à área ambiental e o Plano de Ação Mundial, uma convocação à cooperação internacional para a busca de soluções para os problemas ambientais.

A Conferência também constituiu o Dia Mundial do Meio Ambiente, a ser comemorado no dia 05 de junho de cada ano. (DUALIBI; ARAÚJO, 2004, p. 3).

Conforme apontado por Wada ([201-], **negrito do autor; itálico nosso**) a “[...] **Declaração de Estocolmo** [...] orientava a humanidade para a necessidade de aumentar o número de *trabalhos educativos* voltados para as questões ambientais.” Frey e Camargo (2003), Jacobi (1999) e Junqueira (2002) (apud BORGES; TACHIBANA, 2005, p. 4), apontam que: “[e]ste evento colocou a questão ambiental nas agendas oficiais e nas organizações internacionais, enfocando a necessidade de tomar-se medidas efetivas de controle dos fatores que causam a degradação ambiental.”

Por fim, e de acordo com os autores mencionados, podemos afirmar que a *Conferência de Estocolmo* foi a grande responsável por chamar a atenção *mundial* para os desdobramentos da questão ambiental, uma vez que:

[...] talvez uma das suas principais contribuições tenha sido a de colocar em pauta a relação entre meio ambiente e desenvolvimento, de maneira que, desde então, não seria mais possível tratar profundamente o desenvolvimento sem considerar o meio ambiente e vice-versa. (BORGES; TACHIBANA, 2005, p. 5).

É mister salientar que foi da inter-relação entre meio ambiente e desenvolvimento que surgiu o conceito de “desenvolvimento sustentável⁹”, visando a instauração de uma vinculação positiva entre as duas partes, bem como, foi nesta época que se criou o propósito de harmonização entre preservação ambiental, crescimento econômico e justiça social.

Três anos depois, em 1975, houve o *Congresso de Belgrado*. Promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e ocorrido em Belgrado, Iugoslávia, este congresso foi responsável pela criação da *Carta de Belgrado*¹⁰, documento que aponta, dentre outras questões, a proposição de uma nova ética planetária (com vistas a diminuição das desigualdades sociais e melhoria na qualidade de vida e do meio ambiente) e oito Diretrizes Básicas dos Programas de Educação Ambiental.

Segundo Duailibi e Araújo (2004, p. 4):

Como resultado, a UNESCO cria, então, o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), que até os dias de hoje tem continuamente atuado na EA Internacional e regionalmente. O PIEA mantém uma base de dados com informações sobre instituições de EA em todo o mundo, além de projetos e eventos que envolvem estudantes, professores e administradores.

Até o texto presente, pode-se notar que foi no seio das organizações dos movimentos ambientalistas que começaram as iniciativas que se preocupavam com o meio ambiente e a crescente degradação do mesmo, e, com o passar dos anos, foi se difundindo e tomando formatos educacionais, sendo que no *Congresso de Belgrado*, acima mencionado, foi a primeira vez que se apontou a necessidade da implantação de uma *educação ambiental formal e não-formal*, com vistas a mudanças de posturas do homem frente ao meio ambiente.

Dando sequência a estes movimentos, no ano de 1977, ocorreu em Tbilisi, Geórgia, a *Conferência de Tbilisi*, evento de cunho internacional e progressista para o ramo da educação ambiental e também conhecido como Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, foi realizado pela UNESCO e contou

⁹ "O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades." (ECO, 2014).

¹⁰ De acordo com a relevância do documento, o mesmo encontra-se na íntegra, nos anexos desta dissertação.

com a colaboração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Conforme apontado por Duailibi e Araújo (2004, p. 4):

A declaração final de Tbilisi estabelece os princípios orientadores da EA e remarca seu caráter interdisciplinar, crítico, ético e transformador. Anuncia que a EA deveria basear-se na ciência e na tecnologia para a tomada de consciência e adequada compreensão dos problemas ambientais, fomentando uma mudança de conduta quanto à utilização dos recursos ambientais.

Durante os anos que se seguiram após a *Conferência de Tbilisi*, buscou-se por estudos que visaram ajustes que propusessem uma nova sociedade, com vistas à transformação de valores, à níveis regionais e mundiais.

No ano de 1980, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) publicou um documento chamado “Uma estratégia mundial para a conservação” que reafirmava a visão crítica de modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados. Porém, a ótica da política ambiental dos anos de 1980 aos poucos cedia lugar à uma nova ótica, que objetivava combinar os aspectos econômicos e sociais com os ambientais, na busca da preservação do meio ambiente e das formas de utilização dos recursos naturais, com vista à preservação das gerações futuras. (SILVA; TROMBETA, 2011, p. 25).

Já em 1983, segundo Duailibi e Araújo (2004, p. 4-5, grifo nosso):

[...] por decisão da Assembléia Geral da ONU, foi criada a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD. Presidida pela então primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, tinha como objetivo analisar a interface entre a questão ambiental e o desenvolvimento e propor um plano de ações. Essa Comissão, chamada de Comissão Brundtland, circulou o mundo e encerrou seus trabalhos em **1987**, com um relatório chamado “Nosso Futuro Comum” **[também conhecido como Relatório Brandtland]**. E é nesse relatório que se encontra a definição de desenvolvimento sustentável mais aceita e difundida em todo o Planeta: “Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades”.

Como é possível notar, o famoso *Relatório Brundtland*¹¹, redigido no ano de 1987, foi resultado do trabalho proposto em Estocolmo, 1972, que “[p]artiu de uma

¹¹ Deve seu nome à presidente da Comissão.

visão complexa das causas dos problemas socioeconômicos e ecológicos da sociedade global e propôs uma mobilização mundial para o desenvolvimento sustentável.” (SILVA; TROMBETA, 2011, p. 25).

Em 1992, vinte anos após a *Conferência de Estocolmo*, foi realizada a *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento* (CNUMAD), mais conhecida como *ECO 92*, ou *RIO 92*. Pode-se dizer que os marcos principais deste evento foram a elaboração da *Carta da Terra* e da *Agenda 21*¹².

A *Carta da Terra* versa sobre as transformações ocorridas no ecossistema, devido às atividades antiecológicas por parte dos seres humanos. Brevemente, o documento denota o cenário global do planeta Terra no ano de sua conclusão e evidencia desafios futuros para a raça humana.

Estamos num momento crítico da história da Terra, numa época em que a humanidade tem de escolher o seu futuro. À medida que o mundo se torna cada vez mais interdependente e frágil, o futuro encerra, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para avançar, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana, e uma só comunidade na Terra, com um destino comum. Devemos conjugar forças para gerar uma sociedade global sustentável, baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica, e numa cultura da paz. Para alcançar este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos a nossa responsabilidade uns para os outros, para com a grande comunidade da vida, e para com as gerações futuras.¹³ (COMISSÃO DA CARTA DA TERRA, 2000).

Já a *Agenda 21*, conforme descrito por Borges e Tachibana (2005, p. 6) “[...] apresenta recomendações específicas para os diferentes níveis de atuação, do internacional ao organizacional (sindicatos, empresas, ONG’s, instituições de ensino e pesquisa, etc.).”

Paralelamente, as organizações não governamentais reunidas no Fórum Internacional das ONGS e dos Movimentos Sociais, finalizaram e aprovaram o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

¹² “A Agenda 21 é um documento que registra o compromisso com mudanças para o século XXI. Abrange temas como a preservação dos cursos das águas, dos oceanos, da biodiversidade e outros tema de cunho ambiental, social, econômico e político, sendo o documento base de orientação para os parâmetros do desenvolvimento de dois importantes acordos: a Convenção da Biodiversidade e a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.” (BARSANO; BARBOSA, 2013, p. 123 apud SILVA, T. P., 2016, p. 42).

¹³ Preâmbulo da Carta da Terra.

Assim, no âmbito governamental e no da sociedade civil, o conceito de sustentabilidade ganha força e esta nova visão implica na implantação de um modelo de desenvolvimento que garanta a manutenção da Vida no Planeta sob todos os aspectos. (DUALIBI; ARAÚJO, 2004, p. 5).

Mencionadas pela primeira vez durante a *ECO 92*, as Organizações Não Governamentais (ONG's) passaram a desempenhar, a partir de então, um importante papel na esfera da educação ambiental. Ressalta-se que será articulado melhor o assunto sobre Organizações Não Governamentais no capítulo a seguir.

Posterior à isso, considerado como um importante documento de cunho ambiental, o *Protocolo de Kyoto* foi assinado no ano de 1998, na cidade de Kyoto, Japão, e implementado, de fato, em 2004, após a adesão da Rússia, porém, de acordo com as suas regras, entrou em vigor na data de 16 de fevereiro de 2005, “[...] exatos noventa dias depois que atingiu o número mínimo de adesões.” (SILVA; TROMBETA, 2011, p. 28). De acordo com Borges e Tachibana (2005, p. 6):

O objetivo do Protocolo é de reduzir entre os anos de 2008 e 2012, em média, 5,2% as emissões da atmosfera dos seis gases que provocam o efeito estufa: dióxido de carbono, metano, óxido nitroso, hidrofluorcarbono, perfluorocarbono e hexafluorocarbono de enxofre.

É importante ressaltar que a diminuição dos gases acima mencionados seria de responsabilidade dos países mais industrializados, logo, aqueles que poluíam em maior quantidade.

Finalizando a apresentação sobre o histórico dos movimentos ambientalistas, falaremos a respeito da *Rio + 20*, evento ocorrido 20 anos após a *ECO 92*.

Ocorrida no ano de 2012, na cidade do Rio de Janeiro:

A Conferência debateu dois temas principais: o primeiro assunto destacado foi sobre a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e o segundo tema desenvolveu discussões sobre o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável. Sendo os objetivos primordiais do evento a constituição de pautas que assegurassem um comprometimento político renovador, sendo avaliado o progresso e as lacunas existentes na implementação e nos resultados dos principais encontros já realizados sobre o desenvolvimento sustentável. (SILVA, T. P., 2016, p. 44).

Visando apresentar de forma mais sucinta e objetiva os movimentos ambientalistas supracitados, elaborou-se o quadro síntese a seguir:

Quadro 1- Síntese dos Movimentos Ambientalistas

Ano	Acontecimento	Descrição
1968	Clube de Roma	Grupo formado a partir da união entre pessoas influentes, foi o primeiro a preocupar-se com a degradação ambiental e a discutir o uso dos recursos naturais para o crescimento econômico.
1972	Conferência de Estocolmo	Com repercussão mais ampla e a participação de 113 países, é considerada um marco político e acontecimento histórico de âmbito mundial; propôs o conceito de Ecodesenvolvimento.
1975	Congresso de Belgrado	Propôs nova ética planetária e o Encontro Internacional em Educação Ambiental. Primeiro a apontar a necessidade de uma educação ambiental.
1977	Conferência de Tbilisi	Evento revolucionário para a Educação Ambiental, estabeleceu seus princípios orientadores e seu caráter interdisciplinar, crítico, ético e transformador.
1987	Relatório Brundtland	Definiu e difundiu o conceito de desenvolvimento sustentável.
1992	ECO 92	Consolidou as deliberações defendidas até o momento e elaborou a Carta da Terra (aprovada e publicada no ano 2000), a qual aponta desafios futuros para a raça humana, com princípios fundamentais para uma sociedade mais justa, sustentável e pacífica; e a Agenda 21, documento que trata das mudanças para com o meio natural e da atuação das ONG's (dentre outros) na educação ambiental.
1997	Protocolo de Kyoto	Documento que objetivou a diminuição (5,2% entre os anos de 2008 e 2012), de gases poluentes causadores do efeito estufa e consequente aumento do aquecimento global.
2012	Rio + 20	Avaliou os progressos e as falhas existentes na implementação e nos resultados dos principais encontros já realizados sobre o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Adaptado a partir dos autores pesquisados por Andréa Aparecida da Silva Anitelli (2017).

Mesmo com a ocorrência de tantos movimentos ambientalistas ao decorrer dos anos, é notório que a exploração ambiental permanece indissociável do crescimento econômico.

As contradições entre a racionalidade ambiental e a racionalidade capitalista é uma confrontação de interesses opostos arraigados em estruturas institucionais, paradigmas de conhecimento e processos de legitimação que enfrentam diferentes agentes, classes e grupos sociais. Por isso, as ações e políticas ambientais não podem circunscrever-se nos princípios de uma racionalidade tecnológica, pois, embora a evolução biológica seja um processo finalizado (teleonomia), faltam-lhe seus órgãos de legitimação. A “lógica” da unidade econômica camponesa e o “estilo” único de uma cultura remetem a racionalidades sociais constituídas como sistemas complexos de ideologias-comportamentos-ações-práticas, que são irreduzíveis a uma lógica comum e unificadora. (LEFF, 2006b, p. 125).

Destarte, fazendo-se mister uma mudança de paradigma (do mecanicista¹⁴ para o ecológico¹⁵), e não tendo os acontecimentos supracitados sido o suficiente para que tal mudança ocorresse, eclodiu a Educação Ambiental (EA), conforme veremos a seguir.

1.2 Contexto histórico e vertentes da Educação Ambiental

O texto apresentado até aqui, nos mostra que todos os movimentos ambientalistas ocorridos desde meados da década de 1960, desembocaram na EA, tendo esta a sua história intrinsecamente ligada à história de tais movimentos. Esta afirmação pode ser corroborada pelo quadro a seguir, o qual foi elaborado com base no “Quadro-síntese do histórico da Educação Ambiental no mundo”, de Araújo e Dualibi (2004, p. 6-7):

¹⁴ O paradigma mecanicista concebe o universo como uma máquina, passível de ser reduzido em suas partes. (CAPRA, 2005 apud TESTA, 2008, p. 1).

¹⁵ “[P]ode ser chamado de uma visão de mundo holística, que concebe o mundo como um todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas. Pode também ser denominado visão ecológica, se o termo “ecológica” for empregado num sentido muito mais amplo e mais profundo que o usual. A percepção ecológica profunda reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedade estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (e, em última análise, somos dependentes desses processos).” (CAPRA, 2006, p. 25).

Quadro 2 – Acontecimentos históricos ligados à Educação Ambiental

ANO	ACONTECIMENTO
SÉCULO XIX	
1869	Ernst Haeckel propõe o vocábulo “ecologia” para os estudos das relações entre as espécies e seu ambiente.
SÉCULO XX	
1962	Publicação da “Primavera Silenciosa” por Rachel Carlson.
1965	Utilização da expressão “Educação Ambiental” (<i>Enviromental Education</i>) na “Conferência de Educação” da Universidade de Keele, Grã-Bretanha.
1968	Fundação do Clube de Roma.
1972	Publicação do Relatório “Os Limites do Crescimento” - Clube de Roma. Conferência de Estocolmo - Discussão do Desenvolvimento e Ambiente, Conceito de Ecodesenvolvimento. Recomendação 96 Educação e Meio Ambiente.
1974	Seminário de Educação Ambiental em Jammi, Finlândia – Reconhece a Educação Ambiental como educação integral e permanente.
1975	Congresso de Belgrado - Carta de Belgrado estabelece as metas e princípios da Educação Ambiental. Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA).
1976	Reunião Sub-regional de EA para o ensino Secundário Chosica, Peru. Questões ambientais na América Latina estão ligadas às necessidades de sobrevivência e aos direitos humanos. Congresso de Educação Ambiental em Brasarville, África, reconhece que a pobreza é o maior problema ambiental.
1977	Conferência de Tbilisi – Geórgia. Estabelece os princípios orientadores da EA e remarca seu caráter interdisciplinar, critico, ético e transformador.
1979	Encontro Regional de Educação Ambiental para América Latina (San José, Costa Rica).
1980	Seminário Regional Europeu sobre EA, para Europa e América do Norte. Assinala a importância do intercâmbio de informações e experiências. Seminário Regional sobre EA nos Estados Árabes, Manama, Bahrein. UNESCO - PNUMA. Primeira Conferência Asiática sobre EA (Nova Delhi, Índia).
1983	Formação da Comissão Brundtland.

ANO	ACONTECIMENTO
1987	Divulgação do Relatório da Comissão Brundtland, Nosso Futuro Comum. Congresso Internacional da UNESCO - PNUMA sobre Educação e Formação Ambiental (Moscou, URSS). Realiza a avaliação dos avanços desde Tbilisi, reafirma os princípios de Educação Ambiental e assinala a importância e necessidade da pesquisa, e da formação em Educação Ambiental .
1988	Declaração de Caracas, Venezuela, sobre Gestão Ambiental na América. Denuncia a necessidade de mudar o modelo de desenvolvimento.
1989	Primeiro Seminário sobre materiais para a Educação Ambiental (Santiago, Chile). Declaração de HAIA, preparatória da RIO 92, aponta a importância da cooperação internacional nas questões ambientais.
1990	ONU Declara o ano 1990 como Ano Internacional do Meio Ambiente.
1991	Reuniões preparatórias da Rio 92.
1992	Conferência sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, UNCED, Rio/92 – Criação da Agenda 21. Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis. FORUM das ONG's - compromissos da sociedade civil com a Educação Ambiental e o Meio Ambiente. Carta Brasileira de Educação Ambiental. Aponta as necessidades de capacitação na área. MEC.
1993	Congresso Sul-Americano - continuidade Eco/92 – Argentina.
1994	I Congresso Ibero Americano de Educação Ambiental. (Guadalajara, México).
1995	I Conferência Mundial do Clima (Berlim, Alemanha).
1996	II Conferência Mundial do Clima (Genebra, Suíça).
1997	II Congresso Ibero-americano de EA . Junho (Guadalajara, México). Conferência sobre Educação Ambiental (Nova Delhi, Índia). Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, Thessaloniki, Grécia. Rio + 5 Sessão especial da Assembleia Geral da ONU realizada em Nova York. III Conferência das Partes (Quioto, Japão) onde foi proposto O PROTOCOLO DE QUIOTO, acordo para diminuição dos gases efeito estufa.

ANO	ACONTECIMENTO
1999	Conferência Mundial do Clima (Bonn, Alemanha).
2000	Conferência Mundial do Clima (Haia, Holanda).
2002	Rio + 10 (Joanesburgo, África). VIII Conferência Mundial do Clima, adoção da Declaração de Déli sobre Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável (Nova Déli, Índia).
2003	I Conferência Brasileira de Meio Ambiente.
2004	V Fórum de Educação Ambiental (Goiânia, Brasil).

Fonte: Adaptado de Araujo e Duailibi (2004) por Andréa Aparecida da Silva Anitelli (2017).

Para Duailibi e Araújo (2004, p. 3) levou um tempo para que uma das possibilidades de enfrentamento aos problemas ocasionados pela utilização dos recursos naturais fosse associada às mudanças comportamentais, logo, vistas como um caso educacional. Sendo assim, “[s]ó em 1965, foi utilizada pela primeira vez, a expressão “Educação Ambiental” (*Environmental Education*), durante a “Conferência de Educação”, da Universidade de Keele, na Grã – Bretanha.” No entanto, esta expressão foi definida apenas no ano de 1977, durante a Conferência de Tbilisi:

Uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente, através de enfoques multidisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade. (DUALIBI; ARAÚJO, 2004, p. 8).

Porém, atualmente não há apenas um conceito quando falamos em EA, pois alguns autores vêm se debruçando em estudos relacionados ao tema e classificando-os de formas diferenciadas de acordo com a maneira como é trabalhado. Sendo assim:

Guimarães (2004) classifica em duas, as vertentes dentro da educação ambiental, a educação ambiental tradicional (por vezes chamada também de conservadora), que segundo o mesmo autor defini-se por ser hegemônica, e possuidora de uma visão mecanicista da ciência, simplificadora dos fenômenos complexos da realidade, além de não poder ou não querer revelar as relações de poder que estruturam a sociedade atual (luta de classes, relações de gênero, identidade, minorias étnicas e culturais, relação norte-sul). Na concepção de Guimarães, esta educação ambiental tradicional, não tem potencial de alavancar as mudanças necessárias para a

superação da atual crise socioambiental. Ele define então a **educação ambiental crítica** como contra-hegemônica, com a característica de ser interdisciplinar relacionada com a teoria da complexidade e com o objetivo de desvelar as relações de dominação que constituem a atual sociedade, sendo esta, uma proposta que pode e deve fazer um contraponto em relação ao que vem sendo realizado como o que identificamos como sendo a educação ambiental conservadora. (DIAS, B. C. [201-], grifo da autora).

Antes de nos aprofundarmos na discussão sobre a educação ambiental tradicional e a educação ambiental crítica, gostaríamos de ressaltar que como são diversas as correntes existentes sobre a EA (afirmação encontrada em todas as leituras realizadas para a composição desta etapa) não é nossa pretensão apresentar todas elas, uma vez que tal assunto é de extrema extensão e complexidade, o que tornaria necessária uma dissertação apenas com esta temática para poder abordá-la da forma que é, e aqui desejamos dissertar a respeito de outros assuntos pertinentes à pesquisa proposta. Desta forma, limitar-nos-emos a contextualizar as principais correntes da EA, a fim de retomar, no terceiro capítulo, as suas relações com a prática profissional do assistente social, buscando por maneiras da inserção deste profissional mediante tal temática.

De acordo com Lima, foi entre os anos de 1980 e 1992, que se constituiu a ideia de que degradação ambiental e crescimento econômico estavam indissociados.

[...] foi nesse período, de meados da década de 1980 até a Rio 92, que se gestou e ganhou importância o discurso de DS¹⁶, fruto do aprofundamento e cruzamento da crise ambiental. Significa dizer [...] que amadurecia a consciência de que os problemas do crescimento econômico e da degradação ambiental não eram diferentes nem concorrentes, mas simplesmente causa e efeito de uma mesma e inseparável equação. (LIMA, 2009, p. 157).

Destarte, e visto que somos parte de uma sociedade capitalista, a tendência é de que tal degradação aumente cada vez mais, portanto, para Tonet (2015, p. 489, grifo nosso):

O agravamento dos problemas ambientais trouxe à tona muitas preocupações. Em pouco tempo organizaram-se campanhas publicitárias, estudos, congressos, eventos promovidos por governos e propostas de enfrentamento desses problemas. Entre estas ações

¹⁶ Desenvolvimento sustentável.

também está a proposta de educação ambiental. **Tanto fora como dentro da escola.**

Consequentemente, para melhor se aplicar ações de proteção ao meio ambiente, é necessário conhecer e compreender alguns conceitos da EA, antes de praticá-los.

Para Machado (2013), a EA se trata da relação entre ser humano e meio ambiente e partindo deste pressuposto, há a possibilidade da existência de três vertentes:

- **Perspectiva ambiental:** problematiza a degradação ambiental e a sua implicação para a manutenção da vida no planeta. Foca na prevenção dos problemas ambientais.
- **Perspectiva educativa:** problematiza as ações antrópicas. Foca na mudança de valores e de postura do homem para com a natureza.
- **Perspectiva pedagógica:** problematiza a educação em si. Foca em diferentes modos de educar e ensinar, objetivando a resolução dos problemas ambientais.

Pautando-nos em Lima (2009), podemos afirmar que a EA foi estabelecida no Brasil a datar das décadas de 1970 e 1980, compreendida como setor político e pedagógico diversificado, a qual contou com numerosas contribuições, fossem elas de caráter filosófico, científico, ou de movimentos sociais.

No caso brasileiro, foram, sobretudo, decisivas no primeiro momento de sua constituição, as pressões dos organismos internacionais sobre o governo para instituir órgãos e políticas públicas ambientais, a ação da sociedade civil por meio dos movimentos sociais e das ONGs e as iniciativas pontuais e pioneiras de escolas e educadores inspirados por essa motivação renovadora. (LIMA, 2009, p. 149).

O autor ainda nos apresenta uma abordagem sócio histórica a respeito dos momentos que antecederam e que constituíram a EA:

Do ponto de vista político e institucional, o país vivia um período autoritário que se iniciara com o Golpe Militar de 1964 e só retornaria ao estado democrático de direito com a eleição indireta de um presidente civil em 1985, por meio da coalizão formada em torno da candidatura Tancredo Neves. Nesse clima de liberdades restritas, tanto a crítica e o debate político não prosperavam como a própria

abordagem da questão ambiental sofria influências conservadoras. Isso porque a questão ambiental se desenvolvia e subordinava a uma orientação maior de governo de perfil desenvolvimentista, tecnocrático e autoritário, que demarcava claramente o sentido e os limites do que era possível avançar nessa área [...] a EA brasileira, em seus primórdios, foi orientada por uma visão hegemônica de perfil conservacionista, tecnicista, conservadora e apolítica. (LIMA, 2009, p. 149).

Diante da citação acima, que deixa claro que a EA também é uma questão política, e do que está disposto no princípio quatro do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Social apud Machado, 2013, de que “[...] a Educação Ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social”, é necessário primeiramente compreender o poder do Estado e da Política, para a partir de então, propor uma mudança, uma vez que “[o] foco de uma educação dentro do novo paradigma ambiental tenderia a compreender, para além de um ecossistema natural, um espaço de relações socioambientais historicamente configurado.” (CARVALHO, 2001, p. 45).

Tendo em mente e ficado claro no texto apresentado até aqui, que a EA se trata, basicamente, de um instrumento de transformação da realidade social, pois “[...] a educação ambiental deve emergir como um mecanismo para a construção de um novo paradigma, o ecológico.” (SILVA, T. P., 2016, p. 48). Iremos agora nos aprofundar e diferenciar a EA comportamental e a EA crítica, como também será possível visualizar que estas possuem diversas outras nomenclaturas.

A EA apresentada como comportamental por Layrargues, e como corrente conservacionista ou recursista por Sauv  , também    conhecida como EA convencional ou tradicional, e    duramente criticada por estes autores, uma vez que apenas reproduz uma ideia de meio ambiente saudável, mas não transforma o indivíduo para a prática. Segundo Lima (2009, p. 155):

Do ponto de vista pedagógico, a EA conservacionista se expressa de maneira individualista e comportamentalista por compreender que a g  nese dos problemas ambientais está mais relacionada    esfera individual, moral e privada do que    esfera coletiva, pública e política e, nesse sentido, voluntária ou involuntariamente, se associa a uma interpreta  o liberal ou mesmo neoliberal da crise ambiental.

Assim, a EA conservadora foca no *efeito* da degradação ambiental, não em sua causa, além de culpabilizar o indivíduo pelas transformações ocorridas no meio natural, sem pensar o sistema político no qual está inserida.

A tendência é de que grandes empresas e o poder público adotem o discurso da EA conservadora, pois, desta forma, se mostram “politicamente corretos” e “preocupados” com os impactos que suas atividades causam ao meio ambiente, o que é, na verdade, uma grande falácia, uma vez que tais corporações apenas visam o lucro, sem pensarem no fator humano e no impacto negativo causado na vida das pessoas.

Entrando na concepção de educação ambiental crítica, Bárbara de Castro Dias ([201-], grifo da autora) define que:

A educação ambiental crítica, tipicamente brasileira, surge da educação popular de Paulo Freire e da pedagogia crítica, que tem seu ponto de partida na teoria crítica marxista e neomarxista de interpretação da realidade social. Associa também discussões trazidas pela ecologia política que insere a dimensão social nas questões ambientais, passando essas a serem trabalhadas como questões socioambientais.

Para Carvalho (2001), uma EA transformadora, de fato, vai além de enxergar o meio natural como simples fator biológico. Na EA de caráter transformador, busca-se pela compreensão da totalidade do ambiente socialmente construído, enxergando e interagindo as bases naturais e sociais, com as suas manifestações sociais, políticas e culturais, como parte de um todo complexo, daí o socioambiental.

Na EA popular, a qual possui caráter crítico, o ser humano não é visto apenas como indivíduo, dissociado da vida em sociedade, mas sim como um ser completo, que está em constante relação com outros seres, ou seja, um ser social.

Pautando-se em Carvalho (2001), pode-se afirmar que são características da EA popular:

- Educação enquanto ato político e forma de exercício da cidadania;
- Versa sobre a formação de sujeitos políticos e interventivos na sociedade, de forma crítica.

- Diferentemente da EA comportamental (que prioriza o trabalho com crianças), não prevê o trabalho com uma faixa etária específica, uma vez que compreende o processo de aprendizagem como algo permanente;
- Valoriza o ator social (aquele que trabalha diretamente com o meio ambiente), devido a sua maior proximidade. Normalmente é mais direcionada para adultos, devido a sua capacidade de formar opiniões;
- Prática pedagógica que mais se adequa para atingir uma possível transformação da sociedade.

Ainda em Carvalho (2001), vemos que a autora parte do princípio de que é necessário adaptar a prática da EA de acordo com o meio em que se pretende desenvolvê-la, devido às suas diversas modalidades e diferentes consequências nas mudanças sociais e ambientais. Loureiro e Layrargues (2001 apud LIMA 2009), compartilham deste pensamento, pois defendem que para referirmo-nos à uma EA, precisamos pensar no contexto temporal em que a mesma está sendo usada.

Portanto, visualizamos que a EA crítica vai de encontro com a proposta de atuação do Serviço Social, uma vez que a sua postura prevê mudanças na realidade e é, desta forma, a corrente mais indicada para nós, assistentes sociais, pautarmos o nosso trabalho na esfera ambiental. Retornaremos e nos aprofundaremos nesta questão no terceiro capítulo desta dissertação, quando falaremos a respeito das possibilidades de atuação do assistente social na APPA e porque a educação ambiental é um campo de atuação para este profissional.

1.3 Educação Ambiental não formal - A atuação das ONG's

Antes de nos debruçarmos a respeito da EA não formal, faz-se necessário um breve esclarecimento a respeito da EA formal.

EA formal é aquela desenvolvida nas escolas, sejam públicas ou particulares, como um dos eixos transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's).

O conjunto de documentos dos Temas Transversais comporta uma primeira parte em que se discute a sua necessidade para que a escola possa cumprir sua função social, os valores mais gerais e unificadores que definem todo o posicionamento relativo às questões que são tratadas nos temas, a justificativa e a conceitualização do tratamento transversal para os temas sociais e um documento específico para cada tema: Ética, Saúde, **Meio Ambiente**, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, eleitos por envolverem

problemáticas sociais atuais e urgentes, consideradas de abrangência nacional e até mesmo de caráter universal. (BRASIL, 1997, p. 45, grifo nosso).

Já a EA não formal, é definida pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei 9.795/1999, artigo 13, como “[...] as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.” Ressalta-se que esta lei possibilitou a implementação da EA em seu aspecto não – formal, ou seja, fora do âmbito escolar, o qual é comumente ocupado pelas ONG’s, devido a sua maior proximidade com a comunidade, com vistas ao trabalho socioambiental. Lima (2009, p. 156), aponta que:

É importante dizer que esse processo de mudança no campo da EA brasileira se desenvolveu, simultânea e articuladamente, a um conjunto de mudanças históricas e sociopolíticas que compreendeu a redemocratização do regime político a partir da década de 1980; a substituição do governo militar por um governo civil, embora ainda a partir de eleições indiretas; o surgimento de movimentos sociais e de ONGs com novas feições autonomistas e participativas; o amadurecimento da problemática ambiental no país; a ampliação do debate social e ambiental com a constituição de nossos fóruns regionais, nacionais e internacionais; e a consequente aproximação entre setores dos movimentos sociais e dos movimentos ambientalistas, dando origem ao que ficou conhecido como socioambientalismo.

Destacada em diversos momentos no texto supracitado, a atuação das Organizações não governamentais (ONG’s), teve seu fortalecimento marcado pela ECO 92.

Um importante momento para o fortalecimento das ONGs foi o ano de 1992, quando, paralelamente à RIO 92, realizou-se o FÓRUM GLOBAL, um significativo evento onde a participação da sociedade civil foi altamente expressiva, reunindo milhares de ativistas de todo o Planeta, em uma grande tenda armada na cidade do Rio de Janeiro.

Este evento assinalou o avanço da sociedade civil organizada e sua preocupação com as questões ambientais, sobretudo pela ampla participação de entidades de diferentes naturezas, como universidades, organizações sindicais, associações comunitárias, ongs, de todo o mundo, que ali defenderam conjuntamente seu direito de ter voz nas decisões governamentais cujas implicações interferem no cotidiano de cada um dos humanos e na construção do futuro da humanidade. (DUALIBI; ARAÚJO, 2004, p. 12).

Mesmo com o destaque obtido após a RIO 92, a atuação das ONG's possui, ainda nos dias atuais, pouca visibilidade. Jacobi (2003, p. 202), aponta que:

Apesar do pequeno reconhecimento do papel das ONGs, do que decorre reduzido interesse da sociedade brasileira em financiar de forma voluntária suas organizações da sociedade civil, observa-se um aumento da sua legitimidade e da sua institucionalidade [...] O desafio que está colocado é o de não só reconhecer, mas estimular práticas que reforcem a autonomia e a legitimidade de atores sociais que atuam articuladamente numa perspectiva de cooperação, como é o caso de comunidades locais e ONGs. Isto representa a possibilidade de mudar as práticas prevalecentes, rompendo com as lógicas da tutela e da regulação, definindo novas relações baseadas na negociação, na contratualidade e na gestão conjunta de programas e atividades, o que introduz um novo significado nos processos de formulação e implementação de políticas ambientais.

Por fim, podemos concluir este capítulo, afirmando que o maior desafio da prática da EA (seja ela em seu campo formal ou não-formal), é torná-la, além de uma atividade educacional, uma discussão política. Conforme apontado por Smith, no início deste capítulo, para que a EA possa “surtir efeito”, não bastam simples palestras, é preciso ação por parte de todos.

Carvalho (2004) e Tonet (2015) vão além de sugestões de práticas educacionais e compartilham do pensamento de que é necessário *transformar* a sociedade, como um todo (no que tange ao sistema político vigente), para proteger a natureza, uma vez que acreditam que apenas reformar o pensamento dos cidadãos, não será o suficiente.

Partindo deste princípio, Tonet (2015, p. 487-488), aponta que:

Ora, a transformação da natureza é a principal fonte de produção de mercadorias e, portanto, de acumulação de capital. Nada pode impedir que o capital transforme a natureza em mercadorias uma vez que a busca do lucro é a sua lei suprema. Além disso, é da essência do capitalismo a concorrência dos capitalistas entre si na busca do lucro.

Esta lógica perversa resulta, necessariamente, no esgotamento dos recursos naturais, na devastação indiscriminada da natureza e nas mil formas de agressão e destruição da própria vida humana. Independente de boas intenções de indivíduos, de grupos sociais, de empresas e/ou de governos, as leis do capitalismo continuam a reger a vida humana enquanto existir esta forma de sociabilidade. É uma enorme ilusão pensar que se pode humanizar o capital, pois humanizá-lo significaria obrigar os capitalistas a produzir tendo em vista a satisfação das necessidades humanas e não o lucro.

Ou seja, a EA, é apenas o pontapé inicial para a transformação da sociedade, que permite uma mudança paulatina nos pensamentos e valores da sociedade civil, visando o cumprimento de um objetivo maior: diminuir o poder do capital.

CAPÍTULO 2 O TERCEIRO SETOR E A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DE ARARAS (APPA)

As organizações do terceiro setor são movidas por um desejo de melhorar o mundo. As pessoas que administram e que trabalham para elas de forma voluntária acreditam na criação de um mundo mais justo, mais compreensivo, mais esclarecido e mais saudável. (HUDSON, 1999, p. XII apud SOUZA, 2016, p. 24).

2.1 Surgimento e conceito das ONG's

No capítulo anterior, foi apresentada, diante de uma perspectiva sócio histórica, toda a trajetória dos movimentos ambientalistas, destacando-se em diversos trechos como a ampliação destes movimentos proporcionou discussões teóricas a respeito de novas formas de desenvolvimento da educação ambiental e como o advento da educação ambiental não-formal abriu caminho para o espaço de atuação das Organizações Não Governamentais (ONGs).

Antes do aprofundamento no conteúdo relacionado à atuação das ONGs em prol da preservação dos ecossistemas, é relevante uma rápida explanação acerca da origem e da definição das ONGs, de forma geral.

No Brasil, especificamente, foi na Era Vargas (1930 a 1945) que “[...] o governo assum[iu] o papel de gestão das políticas públicas pressionado por outros movimentos sociais de outras religiões e organizações sem fins lucrativos.” (SOUZA, 2016, p. 22). Porém, com o aumento das expressões da questão social nos anos de 1970, a sociedade se mobilizou como um todo, clamando por melhorias nas políticas públicas.

A partir daí as organizações do Terceiro Setor vem crescendo cada dia mais, devido ao Estado não corresponder ao provimento das demandas da sociedade nas manifestações cada vez maiores de pobreza, exclusão e miséria. (SOUZA, 2016, p. 23).

As ONG's são organizações sem fins lucrativos que objetivam a geração de serviços públicos e que constituem o Terceiro Setor. Segundo Souza (2004, p. 95), conforme citado por Souza (2016, p. 24):

Registra-se a utilização de termos legislativos como associação, associação civil, serviço social, estabelecimento particular de educação gratuita, instituição artística, instituição científica,

instituição de ensino, instituição fundada por associação civil, instituto de iniciativa de indivíduos, associação particular, associação profissional, templo de qualquer culto, igreja, partido político, instituição de assistência social, serviço assistencial, instituição privada, entidade filantrópica, entidade sem fins lucrativos, organização representativa da população, escola comunitária, escola confessional, escola filantrópica, entidade sindical, sindicato, entidade beneficente de assistência social e, por fim entidade não governamental.

Já as ONGs que representam a sociedade civil no tocante à conscientização para a sustentabilidade ambiental, surgiram devido ao aumento da relevância de assuntos concernentes ao meio ambiente, a nível mundial.

Reinaldo Dias (2011) aponta que desde a década de 1960, as ONGs de cunho ambientalista preenchem posição de notoriedade, e que tais organizações foram multiplicando-se e conquistando mais espaço com o passar dos anos, especialmente a partir do desenvolvimento industrial desenfreado, sendo que nos dias atuais desenvolvem um papel fundamental em prol da natureza, com tendência de expansão cada vez maior, devido ao aumento da conscientização ambiental e da organização da sociedade civil.

Essas ONGs formam atualmente grupos de pressão em todos os níveis de organização política da sociedade: municipal, estadual e nacional; e com atuação destacada em termos globais, participando de todos os fóruns sobre o tema e pressionando governos, empresas, órgãos de financiamento, entre outros, para alterarem suas políticas em prol de um desenvolvimento sustentável.

Essa nova realidade implica numa radical mudança de atitude por parte das organizações do setor privado e público da economia, que têm cada vez mais de levar em conta a opinião pública quando se trata de questões ambientais. (DIAS, R., 2011, p. 33).

No Brasil, as ONG's atuantes na esfera da problemática ambiental, passaram a ser reconhecidas na década de 1990, especificamente após a ECO-92.

Em 1992, o Brasil sediou uma conferência internacional que marcaria o futuro das políticas ambientais mundiais e nacionais – a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO-92). [...] Um dos temas mais falados e discutidos no encontro foi a Educação Ambiental. Discutiu-se como trabalhar a Educação Ambiental em ONGs, como usá-la para realizar eventos de conscientização ecológica, como implementá-la em cidades, municípios, bairros e comunidades. Articulou-se sobre sua

importância, sobre os meios de se chegar a ela, sobre seus princípios e recomendações.

Desde então, as ONG's têm desempenhado uma importante função no campo da Educação Ambiental não formal no Brasil. Suas iniciativas, programas e projetos de Educação Ambiental vêm ocorrendo em diferentes partes do país. Estas organizações abarcam, desde ações pontuais, que são a maioria, até aquelas em nível nacional. Não restam dúvidas que as ações das ONGs agitam o cenário da Educação Ambiental brasileira, mas elas não substituem as ações governamentais e nem têm capacidade financeira e logística para caminharem sozinhas. (GIOMETTI, 2017, p. 100).

Por conseguinte, foi dentro desta conjuntura que se pensou na criação da APPA, conforme será elucidado a seguir.

2.2 Conhecendo a APPA

Em 1994, com o intuito de aumentar as atividades desenvolvidas no município de Araras, bem como o de incrementar o acervo da Biblioteca Municipal, alguns cidadãos começaram a se reunir no local, criando a "Comissão da Biblioteca Municipal", que depois de um determinado tempo dividiu-se em sub-comissões, sendo uma delas o "Círculo de Divulgação Ecológica".

Visto que o desenvolvimento agrícola e a ocupação agropecuária foram muito intensos em todo o Estado de São Paulo no final do século XIX, com o cultivo de café, seguido do algodão e da cana-de-açúcar, de forma inadequada no que tange ao uso do solo, culminou na “devastação em larga escala das matas [...] até que o seu paulatino esgotamento esteja levando á criação de campos de pastagem.” (APPA, 2004a, p. 1), e que no município de Araras tal desenvolvimento não foi diferente, alterando-se apenas a ordem dos cultivos (cana-de-açúcar, café, laranja e cereais), com posterior e predominante retorno de cana-de-açúcar, sendo a pioneira até os dias atuais, através deste processo, percebeu-se a quase inexistência de mata ciliar nos cursos d’água do município.

Sendo a área totalmente explorada com a agropecuária, os cursos d’água e a represa não apresentam praticamente nenhuma mata ciliar, exceção de uma pequena reserva florestal. Nas fazendas e sítios se empregam técnicas de conservação do solo, mas o controle da erosão não é pleno. Além disso, um agravante é que ainda se mantém o costume de se utilizar as estradas municipais como canal de escoamento das águas pluviais [...].

As matas ciliares se encontram bastante reduzidas, apesar da obrigatoriedade legal da preservação, recuperação e manutenção destas formações. Aparecem de forma descontínua em pequenos e estreitos fragmentos. (APPA, 2004a, p. 4).

O que levou à criação da APPA foi o Projeto Margem Verde. Diferentemente das demais ONGs, onde primeiro se cria a instituição, para posteriormente se pensar no desenvolvimento dos projetos, no caso da APPA o projeto foi preexistente.

Posteriormente, o Círculo sentiu a necessidade e a importância de ser criada uma organização não governamental que viesse a dar estrutura mais sólida e permanente ao "*Projeto Margem Verde*" e a outros que pudessem ser elaborados. **Com isso, nasceu oficialmente em 17/05/1996 a APPA - Associação de Proteção e Preservação Ambiental de Araras, uma entidade civil interessada na proteção ambiental e preservação de recursos naturais.** (APPA, 2009, p. 2, grifo do autor).

Ressalta-se que os intelectuais da cidade de Araras, da década de 1990, foram motivados pelas discussões e apontamentos da RIO 92 (evento de cunho ambientalista e de nível internacional, sediado pelo Brasil, conforme foi elucidado no primeiro capítulo da presente dissertação).

Então, em 92, a Rio 92 foi feita para que a ONU tomasse algumas providências, começasse a fazer alguma coisa em prol do meio ambiente. E aquilo ali mobilizou a sociedade Brasileira como um todo. E aqui em Araras, como nós temos um padrão de vida, um padrão social, um pouco elevado em relação à média do Brasil e tal, não foi diferente [...] nós tínhamos um agrônomo aqui em Araras, muito famoso, o José Maria, a especialidade dele era conservação de solo [...] então, a partir da Rio 92 que começou esse movimento, então que que nós devemos fazer? Qual que é essa situação? E Araras esquentou a partir disso, então começou a história da APPA aqui em Araras, a primeira coisa que aconteceu da APPA foi o José Maria fazer uma vez uma palestra no Rotary. E nessa palestra do Rotary, por causa da Rio 92, convidaram o José Maria: "pô, Zé, como é que tá o meio ambiente daqui de Araras?" O José conhece a agricultura todinha daqui de Araras. O José Maria é não só fundador, é mentor, era o motor da APPA [...] então, por isso que começou o Margem Verde. Quando esse pessoal começou a se reunir, a partir da Rio 92, primeiro motivado pelo José Maria numa palestra no Rotary, depois numa outra palestra que convidaram ele para fazer na Biblioteca, aí o pessoal da UFSCAR já se informou, então começou [...].

Quando chegou em 94, aí o pessoal falou "pô, tá tudo bem, nós já discutimos tanta coisa, nós já vimos a situação, mas o que que nós vamos fazer?" [...] então, daí eles resolveram escrever o Projeto Margem Verde, então primeiro foi feito o Projeto Margem Verde [...]

eles fizeram o Projeto Margem Verde [...] e isso começou em 94, 95 [...] Então aí, em 96, eles tinham em mãos o Projeto Margem Verde [...], nesse Projeto, a ideia deles era fazer/montar uma ONG para começar a fazer esse trabalho. Então tudo isso começou: 92, 93, 94, 95, 96 tem o Projeto pronto. Agora como é que nós vamos fazer para executar isso? Vamos criar uma ONG? Então aí, em 96, foi criada a APPA (Associação de Proteção e Preservação Ambiental de Araras). Como foi criada a APPA, aí começou a ter movimento, e o que nós vamos fazer? Então a ideia era reunir empresários, os empresários faziam a cotização “olha, eu dou um tanto por mês e vocês vão fazendo, montam uma equipezinha e vão fazendo” [...]. (trecho da entrevista realizada com Mogno – informação verbal¹⁷).

Desta forma, instituiu-se a APPA.

A APPA é uma entidade civil interessada na proteção ambiental e preservação dos recursos naturais, sem fins políticos, partidários, comerciais ou lucrativos. A sua criação teve a finalidade de desenvolver projetos de proteção e preservação ambiental, através do Projeto Margem Verde, que visa aumentar a qualidade e a quantidade de água e reduzir o potencial de poluição e de assoreamento dos recursos hídricos, diminuir enchentes, aumentar a fauna aquática e terrestre, aumentar inimigos naturais das pragas da lavoura, proteger contra a erosão, entre outros. (APPA, 2004a, p. 6).

Dentre os anos de 1997 até 2012, a ONG manteve-se ativa com a elaboração de projetos e atividades em busca de melhorias ambientais na cidade de Araras, sendo que de 1997 até 2005, implantou o projeto Margem Verde; no ano de 2011, realizou a I SEMANA DO MEIO AMBIENTE e a I SEMANA DA ÁRVORE; e no ano de 2012, realizou mutirões de limpeza e coleta seletiva de lixo, além da entrega de mudas na praça central.

Ressalta-se que no início de suas atividades, a APPA conseguiu instituir convênios que permitiram a realização das ações propostas, porém, estes não foram renovados e desde então, devido à falta de verba/patrocínio para a contratação de profissionais e/ou desenvolvimento de projetos, a ONG encontra-se inativa. Atualmente, busca suscitar reuniões entre seus membros, visando o planejamento de novos projetos.

¹⁷ Optou-se por introduzir o trecho neste momento da escrita devido a importância do mesmo para melhor compreensão acerca do histórico da APPA. Ressalta-se que os participantes da pesquisa e as suas falas serão apresentados no próximo capítulo, onde será dada continuidade às falas do entrevistado identificado com nome fictício, representado pela nomenclatura de madeira de lei.

2.3 Atividades desenvolvidas pela APPA

Evidencia-se que para a construção desta etapa da pesquisa, utilizou-se da análise documental, baseada no material físico que a APPA possui. Pretendia-se conhecer a sede da APPA e analisar os documentos retrospectivos (arquivos), considerados essenciais para a melhor compreensão da atuação da referida ONG na esfera da Educação Ambiental desde a sua fundação, estudando os documentos referentes aos projetos desenvolvidos pela mesma, porém, com o avançar da pesquisa, descobriu-se que a APPA não apenas está inativa, como não possui uma sede e/ou um arquivo com os registros dos projetos e atividades desenvolvidas. Para tanto, os documentos analisados para este momento do estudo, estão inseridos nos arquivos pessoais de alguns dos participantes da pesquisa, fato este que dificultou uma ampla e mais profunda análise, como se pretendia no início dos trabalhos.

PROJETO MARGEM VERDE: Conforme mencionado anteriormente, foi o projeto que impulsionou a criação da ONG, sendo o primeiro a ser desenvolvido e executado. Tratou da recomposição e preservação das matas ciliares das duas principais Microbacias Hidrográficas da cidade de Araras: das Araras e do Ferraz. Sua duração foi de junho de 1997 até dezembro de 2005.

As mudas utilizadas no plantio foram produzidas em dois viveiros: viveiro que a APPA possuía na época, o qual foi implantado em local cedido pela Prefeitura de Araras e mantido com verba da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI); viveiro do Horto Florestal, também localizado em área cedida pela Prefeitura Municipal, mantido com verba do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). O plantio das mudas foi realizado pelos próprios produtores rurais, além dos trabalhadores de algumas fazendas e usinas das regiões onde houve a implantação do projeto.

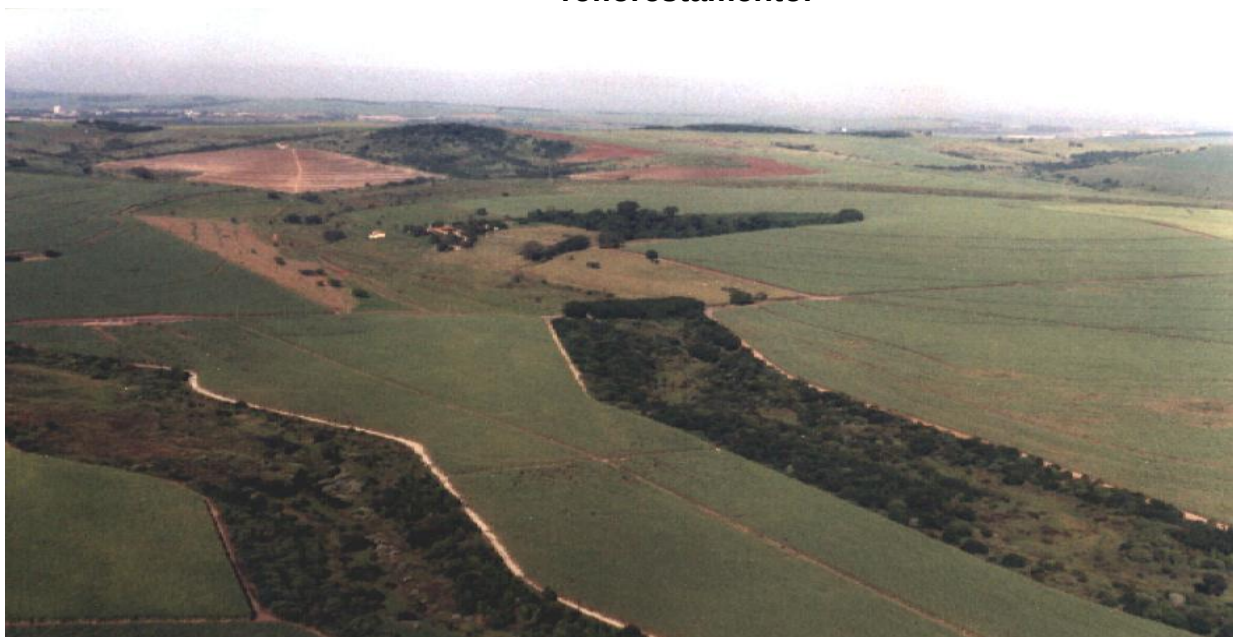
Nas fotos abaixo, será possível visualizar algumas das áreas com o reflorestamento de mata nativa, onde foi implementado o Projeto Margem Verde:

FOTO 1 - Foto da microbacia do Alto Ribeirão das Araras - detalhe da margem da represa da Usina Santa Lúcia, onde foi efetuado o reflorestamento.



Fonte: APPA, 2004b, p. 9. (Relatório de Atividades Desenvolvidas, Araras).

FOTO 2 - Foto da microbacia do Alto Ribeirão das Furnas (área pertencente à Bacia Hidrográfica do Ribeirão das Araras) - Corredor de reflorestamento na Fazenda Santana, onde foi efetuado o reflorestamento.



Fonte: APPA, 2004b, p.10. (Relatório de Atividades Desenvolvidas, Araras).

FOTO 3 - Foto da microbacia do Ribeirão Água Branca – Córrego Santa Cruz (área pertencente à Bacia Hidrográfica do Ribeirão das Araras) – Fazenda Bom Jesus, onde foi efetuado o reflorestamento.



Fonte: APPA, 2004b, p.12. (Relatório de Atividades Desenvolvidas, Araras).

FOTO 4 - Foto da microbacia do Ribeirão do Ferraz – Vista aérea da Usina São João, com áreas reflorestadas.



Fonte: APPA, 2004b, p. 13. (Relatório de Atividades Desenvolvidas, Araras).

SEMANA DO MEIO AMBIENTE E SEMANA DA ÁRVORE: Realizados respectivamente, de 06 à 10 de junho de 2011 e de 29 à 30 de setembro de 2011, com crianças e adolescentes do 5º ao 8º ano de escolas públicas. O objetivo destes dois eventos foi contribuir para a formação de cidadãos críticos e conscientes, em busca de uma sociedade sustentável.

Elaborados por uma bióloga, ambos os eventos desenvolveram as mesmas ações, modificando-se apenas o público que participou em cada uma delas. As atividades realizadas nestas datas foram: trilha ecológica, concurso de desenho (tema relacionado ao meio ambiente e cuidado para com o planeta) e plantio simbólico de mudas. Ressalta-se que em cada etapa das atividades desenvolvidas, os participantes foram estimulados a pensar criticamente, uma vez que a profissional responsável pela condução do projeto baseou-se na educação transformadora, de Paulo Freire.

Todos os participantes foram premiados com canecas em acrílico e com camisetas. Os desenhos apresentados foram avaliados por uma comissão e os cinco melhores foram presenteados com jogos educativos. Abaixo, é possível ver o desenho que conquistou o primeiro lugar no concurso supracitado:

Desenho 1 – Primeiro lugar no concurso de desenho da 1ª Semana do Meio Ambiente da APPA.



Fonte: APPA, 2011b, p. 28. (I SEMANA DO MEIO AMBIENTE APPA e CTEA – APPA, RELATÓRIO DE ATIVIDADES, Araras).

Mutirões de Limpeza e Coleta Seletiva de Lixo: No tocante a estas atividades, não foram encontrados registros, portanto as informações foram obtidas através das entrevistas e dos frequentes contatos realizados com os participantes da pesquisa. É sabido que ocorreram no ano de 2012, com o objetivo de melhorar a qualidade ambiental da cidade, bem como de formar cidadãos ambientalmente conscientes. Tratou de atividades pontuais, onde a população foi informada e convidada a participar por meio de anúncio via rádio.

Entrega de Mudanças na Praça Central: Cabem aqui as mesmas observações e descrições das atividades supracitadas, com o acréscimo de que há a informação verbal (obtida com alguns dos profissionais voluntários da APPA, participantes da pesquisa) de que a referida entrega era realizada sem uma palestra precedente e que as pessoas que recebiam as mudas não sabiam como e onde plantá-las adequadamente.

Finalmente, cabe dizer que além da apresentação dos projetos e das atividades que foram realizadas pela APPA, pretendeu-se também analisá-los, através do estabelecimento dos seguintes parâmetros:

1. É identificado pelo coordenador como um Projeto de Educação Ambiental?

PROJETO MARGEM VERDE: Não.

SEMANA DO MEIO AMBIENTE E SEMANA DA ÁRVORE: Sim.

MUTIRÕES DE LIMPEZA E COLETA SELETIVA DE LIXO: Sim.

ENTREGA DE MUDAS NA PRAÇA CENTRAL: Sim.

2. Em suas palavras-chave, possui: sustentabilidade, preservação ambiental, (re) equilíbrio ambiental, conservação ambiental ou Educação Ambiental?

PROJETO MARGEM VERDE: Não foi encontrado o registro do projeto, portanto, não houve análise das palavras-chave.

SEMANA DO MEIO AMBIENTE E SEMANA DA ÁRVORE: Embora não haja palavras-chave dispostas no projeto, pode-se identificá-las ao longo do desenvolvimento da escrita do mesmo.

MUTIRÕES DE LIMPEZA E COLETA SELETIVA DE LIXO: Não foi encontrado o registro do projeto, portanto, não houve análise das palavras-chave.

ENTREGA DE MUDAS NA PRAÇA CENTRAL: Não foi encontrado o registro do projeto, portanto, não houve análise das palavras-chave.

3. As ações desenvolvidas são de Educação Ambiental Comportamental ou de Educação Ambiental Crítica?

PROJETO MARGEM VERDE: Este projeto se tratou apenas de recomposição de matas ciliares, não havendo o discernimento da EA aplicada.

SEMANA DO MEIO AMBIENTE E SEMANA DA ÁRVORE: Educação Ambiental Crítica, pois a responsável baseou-se na educação transformadora, de Paulo Freire.

MUTIRÕES DE LIMPEZA E COLETA SELETIVA DE LIXO: Educação Ambiental Comportamental, uma vez que não houve informação, discussão ou reflexão acerca desta atividade com a população envolvida.

ENTREGA DE MUDAS NA PRAÇA CENTRAL: Educação Ambiental Comportamental, uma vez que não houve informação, discussão ou reflexão acerca desta atividade com a população envolvida.

4. Houve acompanhamento posterior ao desenvolvimento dos Projetos?

PROJETO MARGEM VERDE: Sim, para a elaboração de relatório, bem como o acompanhamento do crescimento das mudas que foram plantadas.

SEMANA DO MEIO AMBIENTE E SEMANA DA ÁRVORE: Não.

MUTIRÕES DE LIMPEZA E COLETA SELETIVA DE LIXO: Não.

ENTREGA DE MUDAS NA PRAÇA CENTRAL: Não.

5. Quais foram os resultados obtidos com estes Projetos?

PROJETO MARGEM VERDE: A plantação de 1.300.000 mudas, perfazendo um total de aproximadamente 650 hectares de matas ciliares recompostas.

SEMANA DO MEIO AMBIENTE E SEMANA DA ÁRVORE: durante as atividades realizadas, foi possível observar o grande envolvimento do público participante e que os mesmos estavam, de fato, compreendendo e absorvendo os ensinamentos transmitidos.

MUTIRÕES DE LIMPEZA E COLETA SELETIVA DE LIXO: Não foi encontrado registro e/ou informação.

ENTREGA DE MUDAS NA PRAÇA CENTRAL: Não foi encontrado registro e/ou informação.

Após os estudos realizados para a elaboração do primeiro capítulo da presente dissertação, foi possível distinguir a educação ambiental comportamental e a educação ambiental crítica, compreendendo e expondo que esta segunda é a melhor maneira de se desenvolver a EA, devido a sua capacidade de reflexão e de intervenção na sociedade, proporcionando, de fato, uma transformação. Consequentemente, percebe-se que a maioria dos projetos e atividades desenvolvidos pela APPA são de educação ambiental comportamental, uma vez que se tratam de atividades pontuais e que não proporcionam as ações oportunizadas através da EA crítica.

CAPÍTULO 3 SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

É também no meio da travessia que o Serviço Social se revela cada vez mais claramente como uma instituição componente da organização da sociedade. Assim, perguntar por sua identidade significa perguntar por sua participação na trama de relações sociais, por sua legitimação como prática social de caráter popular, por seu vínculo com a formulação e execução de políticas sociais autênticas; enfim, significa perguntar *por seu papel no processo de produção de novas relações sociais e de transformação da sociedade, tendo presente que cada momento tem em si a força do inaugural, o impulso criador do novo!* (MARTINELLI, 2007, p. 159).

3.1 Possibilidades de atuação do assistente social na Educação Ambiental e nos projetos desenvolvidos pela APPA

Neste capítulo, será mostrado que o problema da degradação ambiental está muito além de discussões que permeiam apenas o meio natural, ele é complexo e abrange também as esferas sociais, econômicas, políticas e culturais, se tornando assim uma questão ambiental¹⁸.

Antes de se aprofundar na discussão a respeito das possibilidades de atuação do assistente social perante a questão ambiental, será exposto, rapidamente, sobre a questão social:

Questão social apreendida como *o conjunto das expressões* das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade [...]. Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc. (IAMAMOTO, 2007, p. 27-28, grifo do autor).

Ficando compreendida a questão social enquanto principal objeto de estudo e de intervenção do profissional do Serviço Social, depreende-se também que cabe a este ator buscar por novas formas e oportunidades de atuação na contemporaneidade.

¹⁸ “Referimo-nos ao conjunto das manifestações de destrutividade ambiental, resultantes da apropriação privada da natureza, mediadas pelo trabalho humano.” (SILVA, M. G., 2010, p. 144).

Dar conta dessa dinâmica supra referida, parece ser um dos grandes desafios do presente, pois permite dar transparência a valores atinentes ao gênero humano, que se tornam cada vez mais opacos no universo da mercantilização universal e do culto do individualismo. Enfim, **decifrar as múltiplas expressões da questões social**, sua gênese e as novas características que assume na contemporaneidade, atribuindo transparência às iniciativas voltadas à sua reversão e/ou enfrentamento imediato.

Outro aspecto a tratar, é o *cenário* em que se insere o Serviço Social hoje: *as novas bases de produção da questão social*, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social. (IAMAMOTO, 2005, p. 28-29, negrito nosso; itálico do autor).

Para Maria das Graças e Silva (2010, p. 144, 146-147), compreende-se e justifica-se a necessidade de atuação do assistente social também neste meio, pois:

Ao mesmo tempo que assegura a contínua produção e reprodução da “questão ambiental” – assim como ocorre com a questão social - , o capital se empenha em atenuar as suas manifestações, administrando suas contradições através do impulsionamento de programas compensatórios, lastreados pelo discurso do solidarismo, do respeito aos direitos humanos e da defesa do meio ambiente.

[...] A temática ambiental vem interpelando o Serviço Social brasileiro, desde o início da década em curso, seja diretamente como espaço de intervenção seja como campo de pesquisa, período em que cresce a produção acadêmica nesta área.

[...] O que se constata a partir dos estudos empreendidos é que a exacerbação da “questão ambiental” e de suas múltiplas expressões vem configurando um novo campo de intervenção profissional, mediado pela incorporação dessa temática ao universo das empresas, das ONGs e do Estado.

A atual sociedade individualista em que vivemos, fruto do sistema capitalista de produção desenfreada, que traz como consequência a grande (e cada vez maior) exploração e espoliação dos recursos naturais (e humanos, conforme foi apontado no primeiro capítulo deste estudo), necessita de uma considerável transformação de valores, e “[...] a construção de um processo de mudança social demanda tempo, união, estudo e dedicação.” (LEMES; KAMIMURA, 2009, p. 259). Tal transformação pode se iniciar através de um processo de aprendizagem, que servirá de maneira introdutória a um assunto muito mais complexo que a ação de cada ser humano para com o meio ambiente: a relação entre capitalismo e meio ambiente.

Ora, a transformação da natureza é a principal fonte de produção de mercadorias e, portanto, de acumulação de capital. Nada pode impedir que o capital transforme a natureza em mercadorias uma vez

que a busca do lucro é a sua lei suprema. Além disso, é da essência do capitalismo a concorrência dos capitalistas entre si na busca do lucro.

[...] Trata-se então de desenvolver *Atividades Educativas de caráter emancipador*, vale dizer, atividades educativas que realmente possibilitem às pessoas compreenderem as verdadeiras causas dos problemas ecológicos, os caminhos mais adequados da sua solução e lhe permitam engajar-se na luta pela superação integral do modo de produção capitalista [...]. (TONET, 2015, p. 487, 490, grifo do autor).

Toda mudança se dá de forma paulatina e se é pretendido, um dia, superar o sistema capitalista hegemônico, precisa-se de um ponto de partida. Visto que de acordo com Reigota (2008), a postura do indivíduo em relação ao meio ambiente está intrinsecamente ligada à forma como ele o enxerga e se identifica, é possível partir desta premissa pra trabalhar, primeiramente, a educação ambiental, investindo em um melhor direcionamento na visão do homem em relação à natureza, posto que “[...] conhecer melhor o meio ambiente permite se relacionar melhor e, finalmente, estar em melhores condições para intervir melhor [...].” (SAUVÉ, 2005b, p. 26 apud CALDEIRA; NUNES; MORALES, 2013, p. 6). Este se trata de um começo possível e plausível para posteriormente e após a conscientização política da população, lutar por um novo sistema político, com maior justiça social e ambiental.

Na sua forma mais simples, o ecodesenvolvimento significa transformar o desenvolvimento numa soma positiva com a natureza, propondo que tenha por base o tripé: justiça social, eficiência econômica e prudência ecológica. A qualidade social é medida pela melhoria do bem estar das populações despossuídas e a qualidade ecológica pela solidariedade com as gerações futuras. Assim, rompe-se com a prática do crescimento selvagem baseado na apropriação predatória da natureza e com as teorias do estado estacionário, de crescimento zero, uma vez que o problema ambiental existe para todos e que os países subdesenvolvidos têm o pior dos dois mundos onde concomitantemente sofre-se da poluição da pobreza e da poluição da riqueza. (LEMES; KAMIMURA, 2009, p. 256).

O assistente social, enquanto trabalhador da política do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), atua no contato direto com a comunidade e a sua família, “[...] um espaço de relações socioambientais historicamente configurado e dinamicamente movido pelas tensões e conflitos sociais.” (CARVALHO, 2001, p. 45). Usufruindo deste convívio, pode realizar intervenções socioambientais no entorno

dos bairros onde esta comunidade está inserida, proporcionando assim mudanças na sua realidade local.

[...] a participação é entendida como o processo de tomar parte nas decisões e de responsabilizar-se por elas. A efetiva participação eleva o ator social à condição de **sujeito histórico de mudanças** e a **comunidade organizada** à de protagonista pró-ativa do processo de gestão social. (ZAPATA, 2007, p. 29 apud LEMES; KAMIMURA, 2009, p. 259).

O Serviço Social, enquanto profissão de caráter crítico e transformador da realidade social, busca por ações que efetivem de fato esta transformação, porém, pode-se dizer que o homem do século XXI vivencia uma grande crise ética e de inversão de valores. De acordo com Tatiane Pereira da Silva (2016, p. 45-46, grifo nosso):

[...] hoje temos vivenciado uma cultura globalizada da dominação do homem pela natureza da (re)produção, **do consumo e do descarte** [...] Com isso, a ética que vivemos é condizente com a exclusão moral e camufla qualquer possibilidade de outra forma de relação com o meio ambiente.

Assim, vivemos uma crise ecológica que perpassa pelo campo social, político econômico, ambiental e cultural, onde a crise dos valores (da moral) também prevalece no campo da vida – do ser social como ser ontológico – em que os sujeitos já não reconhecem o “ser”, mas sim o “ter” ou mesmo “o aparecer ter”. Através disso, é possível compreender a conduta humana pela busca incessante de bens materiais e pela riqueza (consumo e conforto) em face da degradação social e ambiental.

Para tanto, a ameaça em torno dos sistemas ambientais da qual acompanhamos na atualidade é uma questão similarmente de conduta ética [...] Com isto, podemos entender que a degradação socioambiental também está eminentemente interligada às questões da ética, por meio de comportamentos, crenças, valores e costumes culturais constituídos na sociedade [...] Desse modo, necessitamos despertar para novos princípios e valores, para assim desmistificar o comportamento de dominação da natureza e quebrar paradigmas. A ética, por sua vez, também representa reflexões **tangíveis à transformação da sociedade** para que a visão ecológica seja interligada e de dependência entre social e o ambiental.

Ademais:

Toda a questão dos valores é fundamental para a ecologia profunda; é, de fato, sua característica definidora centra. Enquanto que o velho paradigma está baseado em valores antropocêntricos (centralizados no ser humano), a ecologia profunda está alicerçada em valores

ecocêntricos (centralizados na Terra). É uma visão de mundo que reconhece o valor inerente da vida não-humana. Todos os seres vivos são membros de comunidades ecológicas ligadas umas às outras numa rede de interdependência. Quando essa percepção ecológica profunda torna-se parte de nossa consciência cotidiana, emerge um sistema de ética radicalmente novo. (CAPRA, 2006, p. 28).

Diante dos posicionamentos dos autores acima, notadamente, a humanidade necessita de uma mudança de paradigma, onde se valorize mais os ecossistemas. O profissional do Serviço Social pode promover ações que visem o preenchimento desta lacuna ética existente na sociedade, atuando com ações de cunho educativo que visem uma mudança no entendimento e no comportamento da população, uma vez que o caráter ético é inerente a esta profissão.

Os projetos societários estabelecem mediações com as profissões na medida em que ambos têm estratégias definidas em relação ao atendimento de necessidades sociais, com direções éticas e políticas determinadas. Isso fica evidente quando analisamos a profissão Serviço Social, em sua gênese [...] Assim, embora a ideologia não seja a única mediação da profissão, ela está presente nas orientações de valor ético-moral e na direção política da ética profissional, seja ela conscientemente dirigida, seja como reprodução acrítica de normas, valores e modos de comportamento. Por isso, é importante salientar o caráter de classe dos projetos societários [...]. (BARROCO, 2008, p. 66-67).

Uma ferramenta prática que possibilita que o assistente social aborde assuntos ambientais com a população são os grupos socioeducativos que este profissional organiza frequentemente nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) com a população de baixa renda (Beneficiários de Programas de Transferência de Renda). Pode-se nestes encontros, abrir espaço para discussões sobre desastres ambientais, apontando que se trata de fatos que quando ocorridos, comumente é a população menos abastada quem mais sofre as consequências (vide as fortes enchentes que assolam as periferias, por exemplo).

[...] o Serviço Social, enquanto profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo a partir da construção sócio-histórica da profissão para o enfrentamento do conjunto das sequelas da questão social, deve-se pautar por intermédio do projeto ético-político profissional incorporado à teoria crítica para atuação da sua categoria profissional. (SILVA, T. P., 2016, p. 70).

É necessário atuar de modo preventivo na ação socioambiental, pois, na ausência desta ação, os trabalhos passarão a ser remediativos. Segundo Barbieri (2011, p. 65) “[...] os governos só enfrentavam os problemas ambientais depois que eles haviam ocorrido, embora isso ainda aconteça.” Vemos que mesmo a citação do autor em tela nos remetendo ao ano de 2011, é extremamente atual, em pleno ano de 2017.

O III princípio fundamental do Código de Ética do(a) Assistente Social, aponta a “[a]mpliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras.” (CFESS, 1993). Diante disto, cabe ao assistente social ser ator promovedor do desenvolvimento e exercício da cidadania plena à população atendida. Neste sentido, pode-se depreender que atuando na educação ambiental, os princípios que regem o Código de Ética desta profissão, encontram-se em consonância com alguns dos princípios básicos da educação ambiental contidos na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), uma vez que partes integrantes destes são:

[...] a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania; [...] com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade; [...] e o **fortalecimento da cidadania**, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade; o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social. (BRASIL, 1999, grifo do autor).

A mesma Política supracitada, abre espaço para a justificativa da inserção do trabalho de um assistente social na APPA, focado na educação ambiental “[...] como fator essencial e definitivo de mudança, aprendizagem e respeito do meio natural [...].” (LEMES; KAMIMURA, 2009, p. 258), uma vez que a Lei n. 9. 795/99 da PNEA mostra em seu Art. 2, a importância de espaços não formais também tratarem do assunto em pauta:

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e **não-formal**. (BRASIL, 1999, grifo nosso).

Lembrando que o profissional do Serviço Social atua na garantia de direitos e um meio ambiente preservado está previsto em nossa Constituição Federal, no artigo 225:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988).

Destaca-se também a existência da Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei Federal n. 6.938, de 31/09/81, a qual possui por objetivo no artigo 2, item X, e no artigo 4, item VI, respectivamente:

Educação ambiental a todos os níveis de ensino, **inclusive a educação da comunidade**, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.
[...] à preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida. (BRASIL, 1981, grifo nosso).

Para além das legislações supracitadas, é mister salientar que o trabalho do assistente social fundamenta-se em três dimensões, que complementam-se entre si, e que marcam o diferencial nas estratégias e ações realizadas por este profissional, atribuindo-lhe capacidades diferenciadas no enfrentamento das dificuldades cotidianamente encontradas. Estas dimensões são: a teórico-metodológica, a ético-política e a técnico-operativa.

[O] termo “dimensão” remete às propriedades de alguma coisa, no sentido de seus pressupostos, de suas direções, de seus princípios fundamentais. Em nosso caso, nos referimos aos princípios que contribuem para a concretização da profissão de Serviço Social e que formam a sua base. Melhor dizendo, são todos os elementos que constituem e são constitutivos da profissão, intrínsecos à passagem da finalidade ideal – que está no âmbito do pensamento, da projeção – à finalidade real – âmbito da efetividade da ação. São as várias EXTENSÕES que determinam a profissão e suas particularidades. [...] Sinteticamente, podemos afirmar que a relação entre as dimensões se coloca no exercício profissional da seguinte forma: teoria como instrumento de análise do real, onde ocorre a intervenção profissional (dimensão teórico-metodológica) para criar estratégias e táticas de intervenção (dimensão técnico-operativa), comprometidas com um determinado projeto profissional (dimensão ético-política). (SANTOS, 2013, p. 1-2).

Sendo o profissional do Serviço Social possuidor de uma visão ampla, é capacitado para a realização de planejamentos estratégicos e elaboração de projetos sólidos para agências de fomento, visando a providência de recursos financeiros para a efetivação e ampliação das ações da ONG. Desta forma, tal profissional pode transitar no caminho da gestão da APPA, implementando, acompanhando e avaliando os projetos.

Além de atuar na gestão da ONG, uma vez que dispõe das três dimensões acima mencionadas, é possível que um assistente social contribua em cada um dos projetos de educação ambiental que foram desenvolvidos pela APPA e apresentados no capítulo anterior, refletindo sobre as ações e objetivando melhoria nos resultados obtidos. Com base nesta afirmação, elaborou-se o quadro a seguir.

Quadro 3 – Possibilidades de atuação do assistente social nos projetos desenvolvidos pela APPA

Ação/Projeto	Possíveis ações do assistente social	Objetivo
Projeto Margem Verde	Contribuição na divulgação do projeto para a comunidade do entorno, com a realização de visitas domiciliares.	Atrair a população envolvida no auxílio ao plantio das mudas.
Semana do Meio Ambiente e Semana da Árvore	Contato direto com a Secretaria de Educação e com as escolas do município, por meio de contatos telefônicos e/ou reuniões com os principais responsáveis por cada estabelecimento.	Obter maior divulgação do evento; atingir mais patrocinadores; ampliar a possibilidade de participação para um número maior de alunos/escolas.
Mutirões de Limpeza e Coleta Seletiva de Lixo	Auxílio na divulgação destas ações em locais de grande contingente de pessoas (exemplo: órgãos da Prefeitura), por meio de contatos telefônicos e palestras socioeducativas.	Conseguir o maior número possível de voluntários para a prática desta ação; diminuir o impacto causado ao meio ambiente.
Entrega de Mudas na Praça Central	Realização de palestras socioeducativas anteriores à esta ação, explicando o motivo da entrega destas mudas, porquê e onde plantá-las.	Evitar a ação pontual e desconexa da realidade da sociedade civil; Buscar a compreensão da população atingida no que tange à necessidade de recomposição ambiental.

Fonte: Elaborado e adaptado por Andréa Aparecida da Silva Anitelli, a partir da experiência profissional (2017).

Salienta-se que além das atividades descritas no quadro acima, o profissional do Serviço Social será capaz de realizar inúmeras outras tarefas a partir de sua inserção na APPA, integrando uma equipe de trabalho multidisciplinar, porquanto:

A multidisciplinaridade proporcionará uma abordagem diferenciada da Educação Ambiental, pois o assistente social não entende todos os processos de degradações existentes na natureza, para isso, é ideal o trabalho em equipe, por meio da união e comprometimento dos profissionais frente aos acompanhamentos e avaliações que serão realizadas na sociedade. (LEMES; KAMIMURA, 2009, p. 263).

Com as contribuições específicas deste profissional, somadas à sabedoria dos demais voluntários atuantes na APPA (biólogos, veterinários, engenheiros civis e agrônomos, gestores ambientais, dentre outros), será possível somar os saberes das áreas das ciências exatas e biológicas (já existentes dentro do universo da APPA), com as ciências humanas (inexistentes até o presente momento), aproximando-se, assim, da *visão de totalidade* nas ações desenvolvidas por esta ONG.

Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético – isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saia constituída – se são entendidos como partes estruturais do todo. (KOSÍK, 1986, p. 44).

É factível ainda propor a realização de reuniões frequentes entre os membros ativos da APPA, com o registro em ata (como meio de não se perder o desenvolvimento das ideias surgidas a partir das conversas em grupo), a partir da qual será possível dimensionar diversas outras atividades a serem desenvolvidas pela equipe, lembrando sempre da necessidade de propostas que estejam de acordo com a educação ambiental crítica, como vimos no capítulo anterior, a forma sinalizada pelos pesquisadores/autores de renome no campo da educação ambiental.

3.2 Caracterização dos participantes da pesquisa

Os nomes verdadeiros dos participantes da pesquisa foram substituídos pela denominação de árvores de madeira de lei. Segue uma breve apresentação dos participantes entrevistados:

- ❖ *Mogno*: Engenheiro Agrônomo de formação, trabalhando atualmente na mesma área que se formou (mesmo já estando aposentado). Atuou na APPA durante três anos e meio, na função de Coordenador.
- ❖ *Jacarandá*: Engenheiro Agrônomo de formação, trabalhando atualmente na mesma área que se formou (funcionário público municipal, efetivo). Atuou na APPA por aproximadamente 14 anos, onde além de coordenador de promoção e eventos, assumiu a presidência por dois mandatos.
- ❖ *Andiroba*: Bióloga de formação, trabalhando atualmente como recepcionista. Atuou na APPA por aproximadamente três anos, onde desenvolveu palestras, mutirões de limpeza e trilhas ecológicas. Durante a sua trajetória profissional, trabalhou também como Professora do Estado de SP.
- ❖ *Ipê*: Biólogo de formação, trabalhando atualmente como torneiro mecânico. Atua na APPA desde 2011 até o momento atual, onde participou das atividades desenvolvidas pela profissional acima. Durante a sua trajetória profissional, trabalhou também como Professor Eventual da rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo.
- ❖ *Jatobá*: Analista de Meio Ambiente de formação, trabalhando atualmente na mesma área que se formou. Atua na APPA há oito anos, onde exerce atualmente a função de Diretor Executivo. Durante a sua trajetória profissional, trabalhou também com Gestão de Resíduos.

Após a aplicação das entrevistas, houve a transcrição fiel desta que foi gravada e apreciada juntamente com as demais, recebidas via e-mail. Evidencia-se que o conteúdo dos questionários foi organizado e analisado de forma a tornar claro

ao leitor os relatos dos profissionais voluntários da APPA, diante de atuações dentro da temática pesquisada: o Meio Ambiente e a Educação Ambiental.

Desse modo, apresenta-se neste momento a pesquisa de campo.

3.2.1 Entrevista com os profissionais voluntários da APPA e a sua visão sobre o papel do assistente social

Mesmo que o sexo dos participantes da pesquisa não seja algo estabelecido como critério, na breve apresentação acima é possível notar que dos cinco entrevistados, apenas um é mulher, o que caracteriza a predominância do sexo masculino dentre os profissionais de maior importância para a APPA, totalizando 80% da amostragem.

Os roteiros das entrevistas que foram realizadas, diferenciam-se, sendo: um direcionado aos *profissionais voluntários* da APPA, e o outro, direcionado aos *fundadores* da APPA. Destaca-se que tais roteiros possuem algumas perguntas que se diferenciam, sendo que todas serão apresentadas e organizadas na presente análise, de acordo com os objetivos da pesquisa proposta. Assim sendo, e visto que na apresentação acima já se mencionou todos os dados retratados por Andiroba e Jatobá, pois são referentes ao primeiro bloco do questionário de entrevistas, o qual corresponde aos dados sobre o sujeito da pesquisa, conforme dito anteriormente, exibiremos agora as respostas dos demais entrevistados às questões pertencentes ainda a este conteúdo:

Em relação aos fundadores da APPA, quando questionados sobre o tempo de exercício de sua profissão ao decidir fundar a ONG e quais foram as suas motivações e objetivos:

Eu tinha 24 anos de agronomia, já. (Mogno).

A APPA nasceu oficialmente em 17/05/1.996. Eu me formei em dez/1.980 e iniciei minhas atividades profissionais em 17/06/1.981. Em 9/2/1.983 fui contratado pela Prefeitura de Araras, onde exerço o cargo de Engenheiro Agrônomo efetivo até o momento. Meus objetivos foram desenvolver projetos que viessem conscientizar a comunidade da necessidade da preservação do meio ambiente. (Jacarandá).

Através destas respostas, percebe-se que ambos os fundadores já possuíam muitos anos de experiência em sua área de formação acadêmica e atuação profissional quando a APPA foi instituída. Nota-se também uma certa dificuldade por parte de Mogno em falar sobre as suas aspirações para com a APPA, enquanto que Jacarandá demonstra que tinha seus objetivos muito claros.

Ao serem questionados a respeito da maior dificuldade encontrada ao fundar a ONG:

A ONG se formou sozinha, ela foi se formando a partir da Rio 92. A cidade foi se mobilizando. (Mogno).

A conscientização da comunidade para a importância de participar de uma ONG com a finalidade de preservação ambiental e sem remuneração. (Jacarandá).

Claramente, Mogno demonstrou não ter encontrado grandes dificuldades ao fundar a APPA, apontando a mobilização da “cidade” como algo positivo para esta etapa inicial, enquanto que Jacarandá encontrou um obstáculo no serviço voluntário e na compreensão das pessoas acerca da necessidade de proteção do meio ambiente, apontando tais questões como justificativa para a pouca participação e adesão da comunidade Ararense.

Seguindo o roteiro de entrevistas com os fundadores da APPA, perguntamos: Quais os profissionais que compunham a APPA em sua data de fundação?

As mais diversas profissões, mas a maior parte, pela lógica, eram os profissionais da UFSCAR¹⁹. Eles mexiam mais com isso. Tinha pessoal especializado em água, em reflorestamento, era tudo agrônomo, biólogo, o pessoal da Biologia da UNIARARAS²⁰ também fazia parte. (Mogno).

A 1ª diretoria da APPA ficou assim constituída: Diretor Executivo: Engº Agrônomo e Professor da UFSCAR/Centro de Ciências Agrárias; Vice Dir. Executivo: Engº Agrônomo e Func. Público Estadual (Sec. Est. Agricultura); Secretário Executivo: Engº Agrônomo e Professor da UFSCAR/Centro de Ciências Agrárias; Secretário Financeiro: Engº Químico da Usina São João; Coordenador de Promoção e Eventos: Engº Agrônomo/Func. Público Municipal; Coordenador de Divulgação e Marketing: não me lembro de sua profissão. (Jacarandá).

¹⁹ Universidade Federal de São Carlos.

²⁰ Centro Universitário Hermínio Ometto (Faculdade particular de Araras/SP).

Percebe-se que ambos os entrevistados apontaram os profissionais da UFSCAR como membros participativos na fundação da APPA, sendo quase a totalidade destes, Engenheiros Agrônomos (especialistas indispensáveis para a elaboração e execução do primeiro projeto desenvolvido pela APPA – o Projeto Margem Verde – projeto de plantação e recuperação de matas ciliares, conforme mencionado no capítulo anterior).

Quando perguntamos se através das atividades desenvolvidas pela APPA, acreditam que seus objetivos foram alcançados e por quê:

Sim. Na época, quando eu saí, eu tinha o relatório de quantas mudas, quantas palestras eu tinha feito. Hoje em dia você entra no Google, você vê no Google as matas que nós fizemos. (Mogno).

Alcançamos muitos dos objetivos, porém não atingimos tudo o que almejávamos. O mais difícil é convencer a participação das pessoas nos trabalhos voluntários. (Jacarandá).

A partir das perspectivas apresentadas, nota-se que ambos acreditam que os objetivos das atividades desenvolvidas pela APPA foram alcançados, sendo que Mogno justifica tal alcance com um exemplo prático e possível de ser observado (imagens no Google), enquanto que Jacarandá não diz o motivo de tal alcance, nem o exemplifica, mas insiste na dificuldade da participação da comunidade, o que, infelizmente, faz com que nem todos os objetivos fossem alcançados.

Concluindo a primeira parte das entrevistas que foram realizadas com os fundadores da ONG, vamos analisar e apresentar as entrevistas que foram aplicadas com os demais voluntários da APPA, no entanto, visto que esta etapa da entrevista com os voluntários se constituiu de perguntas mais objetivas e cujas respostas foram sintetizadas na apresentação dos mesmos, restou apenas uma questão sobre os sujeitos da pesquisa, a ser analisada, sendo: Nas atividades profissionais que já realizou, houve possibilidades de pensar ou desenvolver intervenções em relação ao meio ambiente? Se sim, quais ações foram desenvolvidas?

Sim. Palestras, mutirões de limpeza, trilhas ecológicas no Centro Ambiental. (Andiroba).

Sim. Em 2013 tive a oportunidade de desenvolver um projeto com alunos do EJA²¹. O objetivo do projeto era utilizar um aquário como ferramenta interdisciplinar no ensino de ciências. Através do aquário foi possível desenvolver diversos assuntos ligados à educação, como matemática, física, química, geografia e educação ambiental. Através da flora e da fauna introduzida dentro do aquário foi possível passar para os alunos a importância de se preservar o ar, a terra e principalmente a água. Discutimos assuntos ligados a poluição de um ribeirão que estava localizado próximo a escola em questão. (Ipê).

Sim. Gestão de Resíduos. (Jatobá).

Percebe-se que dois dos voluntários entrevistados foram mais sucintos em suas respostas, apenas pontuando a atividade realizada, sem detalha-la. Destaca-se que as atividades mencionadas por Andiroba foram as que ela elaborou e desenvolveu durante a sua atuação na APPA, enquanto que a apontada por Jatobá, ocorreu em um outro momento e local de trabalho. Devido a sua ampla resposta, é possível notar que Ipê, que já trabalhou como Professor de Biologia, sentiu-se, com esta questão, motivado a compartilhar uma atividade complexa e interdisciplinar que realizou durante a sua atuação como Professor.

Diante da análise das três respostas acima, constata-se o envolvimento destes voluntários com atividades de cunho de proteção e preservação ambiental, sendo que cada uma foi aplicada dentro da formação específica dos mesmos. Tal envolvimento é de suma importância para a APPA, uma vez que possibilita o olhar e a atuação específicas dos diferenciados profissionais, contribuindo quantitativa e qualitativamente para as atividades desenvolvidas pela ONG.

Conduzindo o restante da análise para a segunda parte da entrevista, questionário da pesquisa de campo, aos entrevistados foi perguntado quais eram as novas demandas que surgiram para as suas respectivas profissões, com o agravamento cada vez mais inquietante da questão ambiental. As respostas foram:

É difícil te dizer. Eu “tô” (sic) naquelas, hoje em dia penso que nem o beija-flor, quando pegou fogo na mata e ele foi lá no rio e pegou uma gotinha d’água e começou a jogar. Eu “tô” (sic) fazendo a minha parte. Cada um faça a dele, mas eu não “tô” (sic) vendo grande massa de população fazer. (Mogno).

²¹ Educação de Jovens e Adultos.

Entendo, salvo melhor juízo, que o agravamento da questão ambiental é consequência, principalmente, da falta de um projeto educacional muito bem elaborado e desenvolvido principalmente junto à classe estudantil em todos os níveis, classe esta que, consciente de fato, vai exigir o cumprimento, pela sociedade como um todo, inclusive das autoridades e empresários, das ações necessárias para a preservação digna da vida, além de se transformarem em instrumentos de divulgação dos princípios que devem nortear as ações do cidadão visando a preservação ambiental. (Jacarandá).

Formação de cidadão consciente e envolvido com problemas ambientais e sociais. (Andiroba).

Em relação à profissão de Torneiro Mecânico acredito que as novas demandas estão ligadas a modernização dos processos da industrialização, setor que agride e muito o meio ambiente.

Na questão do papel do professor eu acredito que apenas esperar ações propostas pelo governo não serão suficientes para contribuir para uma melhora da conscientização ambiental dos alunos.

Quando desenvolvi um projeto interdisciplinar, pude perceber que todas as matérias podem estar relacionadas com questões ambientais. Cabe aos professores se esforçarem e se capacitarem para levarem assuntos do cotidiano, envolvendo as causas ambientais para dentro da sala de aula. (Ipê).

Aquecimento global, poluição nos rios e lagos, desmatamento nos impulsiona a cada vez mais a buscar no meio ambiente o nosso futuro e dos nossos filhos e netos que será decidido pelas atitudes de hoje e nas consequências de amanhã. (Jatobá).

Neste momento, depreende-se que cada entrevistado apontou uma demanda diferente, mesmo alguns deles tendo a mesma profissão, o que nos faz acreditar que não é somente a formação acadêmica que constrói o pensamento e o posicionamento destes frente às questões ambientais, mas também as experiências individuais vivenciadas, sejam elas profissionais ou pessoais. Mogno se demonstrou descontente com a falta de ação por parte da sociedade civil diante do agravamento das questões ambientais, mencionou estar “fazendo a sua parte”, embora não tenha especificado do que se trata. Jacarandá mencionou o que acredita que tenha desencadeado tal agravamento, também sem dizer qual a demanda para a sua profissão, mas apontou o investimento na educação ambiental, em seus diversos níveis, como algo que possa contribuir para uma melhoria neste processo, sendo capaz de tornar os cidadãos mais críticos e fazendo com que estes passem a cobrar por posicionamentos políticos.

Salienta-se que apesar de Andiroba possuir uma formação em Ciências Biológicas, compreende que os problemas ambientais também são problemas sociais, o que denota uma visão mais ampla e humanizada por parte desta profissional. Ipê, que atualmente trabalha em uma área diferente de sua formação acadêmica, considerou importante indicar as demandas para ambas as profissões, demonstrando sua visão crítica acerca do processo de industrialização e da necessidade de maior investimento em educação (assim como Jacarandá). Por fim, Jatobá apresentou as consequências do agravamento da questão ambiental e a sua crença em uma possível melhoria, de acordo com as atitudes humanas, porém, também sem ter mencionado qual a demanda específica de sua profissão.

Prosseguindo com o roteiro das entrevistas, ao serem questionados se já estabeleceram contato com algum assistente social e de que forma, obteve-se as seguintes respostas:

Casei com uma. Minha esposa era funcionária do Banco do Brasil e era assistente social, mas como ela ganhava mais no Banco que como assistente social, ela foi até se aposentar. Quando ela estava para se aposentar, foi convidada para ser assistente social da AEHDA²², ficou lá um tempo, daí ela foi transferida para fundar a ACIM, coisa de assistência para os menores infratores [...] e agora ela prestou concurso para o CREAS, ela é coordenadora do CREAS aqui em Araras. (Mogno).

Várias atividades inerentes ao meu cargo exigiu parcerias com assistentes sociais da Prefeitura. Também quando atuava na APPA, esta entidade desenvolvia trabalhos diretamente com a secretaria de promoção social, como por ex. o projeto de coleta seletiva de lixo. (Jacarandá).

Não. (Andiroba).

Nunca tive a oportunidade de trabalhar com um Assistente Social. (Ipê).

Não, não tive contato com esse profissional. (Jatobá).

Percebe-se que a minoria dos entrevistados (apenas dois, dos cinco) já estabeleceu algum tipo de contato com um (a) assistente social, fato este que talvez explique a ausência do referido profissional na APPA, pois se a equipe da ONG desconhece este profissional, deduz-se que tampouco saibam das diversas possibilidades de atuação do mesmo.

²² Associação de Educação do Homem do Amanhã.

Objetivando obter conhecimento acerca da visão dos profissionais da APPA sobre o papel do assistente social, fizemos a seguinte pergunta: A partir de sua perspectiva, qual é o papel do assistente social frente à questão ambiental?

Como todo profissional, tem que estar preocupado. A questão ambiental, ela é muito mais do que a gente imagina, só que, infelizmente, de quando eu comecei a mexer com o meio ambiente, o cidadão “tá” mais informado com relação à ele, mas o cidadão ainda não tomou o mínimo de atitudes necessárias para se preservar o meio ambiente. Ano a ano, nós estamos regredindo, nós não conseguimos parar de degradar o meio ambiente, nós ainda não conseguimos. (Mogno).

É necessário lembrar que quando falamos em questões ambientais falamos em meio ambiente e ao falarmos em meio ambiente estamos nos referindo ao contexto social e vice-versa, pois meio ambiente numa linguagem simplificada “é tudo o que nos rodeia”. Não só o verde das matas ou árvores, jardins, animais, insetos, rios, mares, a atmosfera, a nossa casa, nós, o nosso derredor – mas tudo o que faz parte do tecido da vida, seja ela animal, vegetal, ou mineral, deve ser considerado meio ambiente. O Serviço Social tem junto às questões ambientais um espaço que deve ser ocupado pelas inúmeras possibilidades de estudos interdisciplinares que apresentam e pela importância de que se revestem essas questões, que oportunizam inúmeras condições de intervenção ao Serviço Social, em ações de mobilização, organização das populações quando ameaçadas com a degradação do seu meio ambiente ou de educação dessa mesma população para sua preservação. (Jacarandá).

Auxiliar pessoas que são afetadas diretamente pelos problemas ambientais. (Andiroba).

Acredito que o assistente social vem para somar e muito. Se pretendemos realizar um projeto de melhorias ambiental em uma determinada área da cidade e se não envolvermos a comunidade dentro do projeto, certamente o projeto não terá um sucesso amplo e o assistente social pode entrar e atuar neste ponto, realizando um elo. Eu acredito que o assistente social tem uma visão mais humanitária pensando nos benefícios que o projeto pode trazer para a comunidade. (Ipê).

Pelo que eu conheço dessa profissão ela interage diretamente na qualidade de vida das pessoas com a ajuda no seu bem estar e desenvolvimento social. (Jatobá).

De acordo com as respostas apresentadas à esta questão, às quais vão ao encontro com as reais possibilidades de inserção e atuação do assistente social, conforme demonstrado no estudo teórico apresentado no início deste capítulo, percebe-se que mesmo que a maioria dos profissionais atuantes na APPA nunca

tenham mantido contato com um (a) profissional do Serviço Social, estão todos cientes das múltiplas oportunidades de trabalho para este profissional. Destacam-se as respostas de Jacarandá e Ipê, sendo que o primeiro demonstrou compreender a questão ambiental como parte da questão social e enxergar oportunidades para ações interdisciplinares, bem como de educação ambiental, e o segundo compreende a importância da atuação do profissional em destaque, assimilando o trabalho do mesmo com participação da comunidade e se mostrando ciente dos benefícios desta ação.

Visto que o roteiro de entrevistas com os profissionais voluntários da APPA é um pouco diferenciado do roteiro de entrevistas com os fundadores, iremos agora analisar as respostas das perguntas que foram feitas apenas aos profissionais voluntários. Posteriormente, ao encerrar a análise, retomaremos com a pergunta final, a qual foi submetida a todos os entrevistados. A próxima pergunta foi: Sobre a atuação em que já realizou na área socioambiental, descreva as experiências vivenciadas, como também, as que realizou na Associação de Proteção e Preservação Ambiental de Araras.

Maior parte das atividades desenvolvidas foram realizadas no centro ambiental envolvendo palestras, trilhas ecológicas e jogos educativos. Crianças e adolescentes (10 – 15 anos) participaram das atividades e sempre se surpreendiam com a questão do lixo e da ETE²³ em Araras. Foi gratificante compartilhar essas informações e contribuir com a formação deles. (Andiroba).

No ano de 2010, tive o imenso prazer de participar do Projeto RONDON , viajamos para a cidade de Maurilândia GO, onde desenvolvemos diversas atividades com a comunidade. Contávamos com uma equipe multidisciplinar, ainda não formados, (Administradores, Biólogos, Educadores Físicos, Farmacêuticos, Fisioterapeutas, Médicos e Psicólogos). Entre tantas atividades desenvolvidas eu destaco as oficinas de produção de materiais para se utilizar em casa utilizando como matéria prima materiais descartáveis como pet , a produção de sabão com óleo usado e implementação de uma horta comunitária que evoluiu toda a comunidade.

Na APPA tive a oportunidade de contribuir com projetos desenvolvidos pela [Andiroba], que trabalhou a importância da preservação do meio ambiente com alunos das escolas municipais de ensino.

Também pude colaborar para a realização de seminários, debates e audiências públicas todas voltadas para as questões ambientais de nosso município.

²³ Estação de Tratamento de Esgoto.

Na Praça Barão distribuimos mudas de árvores frutíferas para a população, trabalhamos a importâncias da economia de água e da reutilização do óleo de cozinha.

Nas marginais de nossas cidades que são cortadas por dois ribeirões realizamos três mutirões de limpeza. (Ipê).

Nosso trabalho de educação ambiental nas escolas dos bairros mais carentes englobam a parte ambiental e também social.

Todos os projetos de nossa ONG trabalham a educação juntamente com a reciclagem exemplo; Artesanato com materiais recicláveis, ajudando o meio ambiente e trazendo renda com a venda dos artesanatos. (Jatobá).

Das respostas acima descritas, pode-se perceber que os três profissionais voluntários têm experiência com o desenvolvimento de atividades socioambientais, sendo que Andiroba e Jatobá descreveram apenas as atividades que desenvolveram durante suas atuações na APPA, enquanto que Ipê demonstrou possuir grande conhecimento e experiência que estão além das práticas exercidas nesta ONG, e que, nitidamente, envolveram tanto equipes multiprofissionais, como grande parte da população.

Como continuação da pergunta acima citada, e buscando verificar a experiência com o trabalho multiprofissional por parte dos entrevistados, solicitamos a eles que descrevessem os demais profissionais envolvidos nas ações desenvolvidas.

Comprometidos com a causa ambiental. (Andiroba).

Biólogos
Gestores Ambientais
Engenheiros Agrônomos
Engenheiros Cíveis
Jornalistas. (Ipê).

Os projetos de educação ambiental da ONG englobam todos os tipos de profissionais como biólogos, engenheiros, advogados e médicos veterinários e até administradores de empresas. (Jatobá).

Mesmo que Andiroba não tenha especificado quais são os demais profissionais que tiveram envolvimento com as ações desenvolvidas pela APPA, através de sua resposta é possível subentender que houve o envolvimento de profissionais diversos, desta maneira e visto que diversas áreas foram mencionadas tanto por Ipê quanto por Jatobá, constata-se que 100% dos voluntários entrevistados

possui experiência com trabalho em equipe multidisciplinar, o que pode facilitar a inserção de um(a) assistente social nesta equipe.

Ainda com relação aos projetos de Educação Ambiental desenvolvidos pela APPA, se deu prosseguimento ao questionário, perguntando a respeito do tempo de duração das atividades realizadas, bem como qual o propósito delas:

Cada atividade no centro ambiental envolveu de 30 a 40 alunos com duração mínima de 4h. (Andiroba).

Os Projetos realizados pela APPA foram sempre pontuais, na maioria das vezes eram realizadas em datas comemorativas como Semana da Água, Semana do Meio Ambiente, entre outras. Na maioria dos projetos o objetivo foi a conscientização da importância da preservação do Meio Ambiente. (Ipê).

O tempo de duração é de meio período geralmente aos sábados. (Jatobá).

Como se pode notar, cada um dos entrevistados respondeu de forma diferenciada, possivelmente pontuando a ocupação que ficou ao seu encargo. É importante destacar a resposta de Ipê, o qual assinalou as atividades pontuais desenvolvidas pela instituição, pois estas são ações que da forma que foram desenvolvidas, não possuem grande valor para a população geral, uma vez que normalmente não ocorrem de forma crítica e reflexiva, ficando à mercê do entendimento do público alvo, que não recebe maiores informações.

Visando tomar conhecimento a respeito da visão dos entrevistados sobre a possível contribuição do assistente social nos projetos de educação ambiental desenvolvidos pela APPA, questionamos: Quais acha que poderiam ser as contribuições do Serviço Social neste universo?

Mostrar com mais clareza aos participantes que todo impacto ambiental tem um impacto direto social. (Andiroba).

Da mesma maneira que acredito que os professores de todas as áreas devem trabalhar questões ambientais quando possível dentro de suas aulas, vejo que o assistente social por estar mais perto da comunidade por muitas vezes trabalhar dentro das casas das famílias, ele teria um papel muito importante levando a informação e a educação ambiental, porque um Assistente Social também é um educador. Geralmente os setores menos favorecidos da sociedade são os que mais sofrem com a destruição do meio ambiente, o Assistente Social pode estar na frente do comando por cobrança de

políticas públicas que venham colaborar para melhoria do meio ambiente e conseqüentemente de toda a população. (Ipê).

O serviço social assim como as outras profissões estão ligadas diretamente ou indiretamente com a sociedade, podendo assim através desses trabalhos contribuir para a educação ambiental e social. (Jatobá).

Por meio das respostas obtidas com esta questão, vê-se que 100% dos voluntários entrevistados possuem a consciência de que toda questão ambiental está intrinsecamente ligada à questão social, o que denota caráter positivo para a abertura de possíveis espaços de atuação para um assistente social dentro das atividades desenvolvidas por esta ONG. Novamente destaca-se a resposta de Ipê, o qual demonstrou possuir conhecimentos específicos a respeito do trabalho exercido pelo profissional do Serviço Social, uma vez que mencionou o “trabalhar dentro das casas das famílias”, ou seja, a visita domiciliar. Também é possível realçar na resposta do mesmo entrevistado, a sua compreensão quanto ao assistente social enquanto um agente de garantia de direitos e possuidor de meios para a cobrança e melhoria dos mesmos.

Próximo à finalização das entrevistas, voltamos a focar em questões referentes à APPA, e novamente abrimos as mesmas perguntas para os fundadores da ONG. Os entrevistados foram indagados sobre os obstáculos e motivações ocorridos durante sua trajetória profissional na Associação de Proteção e Preservação Ambiental de Araras:

Falta de recursos/dinheiro foi um obstáculo grande. Formar nossas crianças para serem cidadãos conscientes. (Andiroba).

O obstáculo sempre foi encontrar apoio para desenvolver as atividades, na maioria das vezes o apoio financeiro partia dos membros da diretoria. A APPA possui vários associados porem poucos são atuantes por esses motivos na maioria das atividades faltavam pessoas para realizar as atividades.

Em relação as motivações essas sim, essas valem a pena, ver crianças prestando atenção e participando das atividades de educação ambiental, ver o sorriso de uma pessoa recebendo uma simples muda de uma árvore, ou então a alegria de poder explicar para uma pessoa de como se faz um sabão utilizando óleo usado de cozinha e a própria pessoa te ensinar de uma outra maneira é algo mais satisfatório ainda. (Ipê).

Obstáculos são as poucas pessoas para ajudar em um universo de trabalho para o desenvolvimento social e ambiental das pessoas e como se trata de um trabalho voluntário dependemos da boa vontade

dos nossos associados e simpatizantes. O que nos motiva é saber que estamos plantando uma semente hoje para nossos filhos e netos colherem amanhã. (Jatobá).

Maior obstáculo: a conscientização da comunidade para a importância de participar de uma ONG com a finalidade de preservação ambiental e sem remuneração. Outro obstáculo: a dificuldade de obtenção de recursos para desenvolvimento dos projetos. Mas é importante ressaltar que tínhamos consciência das dificuldades, que sempre existirão e por isso mesmo é que exige a participação de cidadãos com o propósito de fazerem algo pelo bem comum. (Jacarandá).

Primeiramente, evidencia-se que Mogno deixou de responder a esta questão. Quanto a análise das respostas obtidas, pode-se ressaltar que todos os participantes apontaram a falta de recursos financeiros como um grande obstáculo para a APPA. Visto que esta falta de recursos já foi referida em momentos anteriores, e que, conforme já foi mencionado, a APPA encontra-se inativa no momento presente, percebe-se o quão dificultoso é manter ativa uma ONG, sem o recebimento de um auxílio financeiro. Infelizmente, este não apenas foi o maior empecilho enfrentado pelos profissionais, como é também o maior obstáculo da APPA no momento. Conforme apontado por Ipê, por vezes, os principais voluntários da ONG, tiraram dinheiro de seus próprios bolsos, fato este que culminou em um afastamento por parte dos mesmos em relação à APPA.

Quanto as motivações, estas foram indicadas apenas por Ipê e Jatobá e se assemelham por estarem focadas no bem ao próximo e na busca por um meio ambiente mais saudável e equilibrado para as gerações futuras.

Finalizou-se o roteiro de entrevistas com uma questão que instigasse os entrevistados quanto aos desafios futuros desta ONG, onde novamente foram identificadas questões como a falta de recursos financeiros:

Falta de recursos. Ninguém quer trabalhar de graça. (Andiroba).

A APPA necessita de pessoas engajadas, comprometidas e que possuam tempo livre para desenvolver novos projetos, além de ajuda financeira, através de parceria com algum setor público ou privado. (Ipê).

Nosso maior desafio hoje é trazer pessoas com um novo gás para retomar os trabalhos e dar continuidade a esse nobre trabalho para que ele não morra. (Jatobá).

A ONG já não existe mais. (Mogno).

Para esta e para qualquer outra ONG os desafios são os relatados no ítem acima, bem como o desenvolvimento de projetos educacionais, que a meu ver deve ser prioritário independentemente de todos os demais projetos. (Jacarandá).

Percebe-se nas respostas obtidas que Ipê e Jatobá apontam como desafio a busca por novos membros para a APPA, com perfil de pessoas comprometidas com a causa ambiental e que possuam “tempo livre”. Tal resposta se dá devido ao fato de os atuantes da ONG não serem remunerados, necessitando de um cargo remunerado para poder prover com as suas necessidades e, conseqüentemente, ficando sem tempo hábil para trabalhar na APPA. Jacarandá, Ipê e Jatobá, mencionam a necessidade da continuidade de projetos educacionais, enquanto que Mogno foi o único entrevistado a apresentar uma visão mais fatalista no que diz respeito ao futuro da ONG, verbalizando que a mesma já não existe.

Em linhas gerais, através da realização de entrevista com os principais voluntários da APPA, foi possível obter maior conhecimento a respeito do histórico da mesma (retratado no decorrer do capítulo anterior, com a fala de Mogno), e dos projetos que já foram desenvolvidos (em ambos os casos, observou-se que nas entrevistas foi possível conseguir informações adicionais às que continham no material físico da ONG).

A realização da pesquisa de campo foi de suma importância para conhecer a essência dos voluntários mais ativos da APPA, compreendendo a visão de mundo que cada um deles possui, bem como a sua ótica sobre a possível inserção de um assistente social nesta equipe.

Em Andiroba e Ipê, encontramos dois profissionais que apesar de pertencerem à área das Ciências Biológicas, são possuidores de uma visão muito próxima a das Ciências Sociais, sendo que este último se mostrou extremamente politizado e crítico. A junção dos profissionais entrevistados se mostra muito rica e de grande valia para a APPA, pois cada especialista é capaz de contribuir com ações específicas de sua área e somar ao trabalho desenvolvido pela ONG.

Nos elementos indicados pelos entrevistados, pode-se destacar quatro pontos principais: a experiência dos mesmos com o trabalho interdisciplinar; o conhecimento e a compreensão destes no que tange à atuação do assistente social, bem como uma visão positiva para a viabilidade de integração deste profissional no universo da APPA (o que indica que a ONG está de portas abertas para novas

parcerias); a vontade da equipe em dar continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido desde o ano de 1996, apesar das diversas dificuldades encontradas no caminho; e o principal: o prazer e o amor pelo trabalho realizado, com a certeza de estar contribuindo para uma melhoria na qualidade do meio ambiente, na vida em comunidade e na construção de um mundo e um futuro melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa geração foi testemunha de um crescimento e de um progresso tecnológico sem precedentes, que mesmo quando aportou benefícios a muitas pessoas, provocou ao mesmo tempo graves consequências sociais e ambientais. Aumenta a desigualdade entre ricos e pobres, entre as nações e dentro delas; e existem evidências de uma crescente degradação ambiental, sob diferentes formas, em escala mundial. Esta situação, apesar de causada principalmente por um número relativamente pequeno de países, afeta a toda humanidade. (CARTA DE BELGRADO, 1975, p. 1).

Concluindo esta pesquisa e refletindo a respeito de todas as etapas do estudo realizado, é possível constatar que os objetivos estipulados foram alcançados, uma vez que cada capítulo apresentado abarca um deles.

No primeiro capítulo da presente dissertação, percebeu-se, através dos determinantes históricos da questão socioambiental, que nos primórdios a raça humana se relacionava de modo pacífico e respeitoso para com o meio ambiente, porém, com o avanço dos anos e da ciência, essa interação foi se modificando de forma negativa e prejudicial, uma vez que por meio da razão e da técnica, o homem passou a subjugar a natureza, modificando-a ao seu bel-prazer. Tal transformação obteve impactos nocivos para ambas as partes: para os ecossistemas, que passaram a serem vistos apenas como objeto de dominação; e para os seres humanos, que mesmo dependendo existencialmente da natureza, começaram a explorá-la e espoliá-la de uma forma tão intensa, que acabaram minando com os seus recursos.

Ainda no primeiro capítulo, associou-se o aumento da depredação ambiental com o advento do capitalismo moderno, o qual emergiu através da Revolução Industrial e tem sido o grande responsável pela modificação do modo de pensar da população contemporânea, instigada a consumir sem moderação e, dessa forma, contribuindo (mesmo que inconscientemente) para o aumento da exploração da natureza.

É certo que o desenvolvimento de sua ordem sociometabólica, o capital opera inexorável e articuladamente na produção de mecanismos de apropriação da natureza e de exploração do trabalho humano [...] transforma a natureza em 'condição de material da produção', de tal sorte que tanto a depredação ambiental quanto a exacerbação da 'questão social' compõem uma unidade estrutural; a mercantilização da natureza e a subsunção formal e real do trabalho ao capital integram um mesmo movimento destinado a assegurar as

bases materiais e simbólicas do processo de acumulação capitalista. (SILVA, M. G., 2010, p. 231).

A extração desenfreada dos recursos encontrados no meio ambiente, estritamente ligada ao desenvolvimento econômico, levou à incontrolável multiplicação dos fenômenos naturais (furacões, terremotos, mudanças climáticas, derretimento das geleiras, etc.), que começaram a ganhar atenção mundial, devido ao seu alto poder de destrutividade da raça humana. Diante deste cenário, começaram a ocorrer inúmeros encontros, palestras, reuniões, eventos e movimentos que se mostraram preocupados e dispostos a refletir, discutir e propor estratégias de enfrentamento para a crise ecológica que passou a ser vivenciada pela humanidade. Uma das propostas apresentadas nestes encontros como algo que poderia modificar o panorama sofrido, foi a implementação da educação ambiental, visto que ela permitiria, por meio da conscientização, criar uma possibilidade de utilização dos recursos naturais compreendendo e respeitando os limites da natureza, havendo assim uma harmonia entre o progresso financeiro das nações e a preservação do meio ambiente.

O que vemos hoje nas diversas concepções que foram surgindo sobre o tema é uma busca da inclusão do homem, da natureza e do ambiental na educação, com o objetivo de alcançar melhores condições de vida por intermédio de ações educacionais. Contudo, para que o homem e a natureza sejam reconhecidos como partes integrantes, é necessário também que ocorram mudanças nos valores e nas atitudes, tanto do indivíduo, como da sociedade e do Estado como um todo [...].

Neste contexto, a Educação Ambiental vem se tornando alvo de grandes debates, com importância considerável para a construção de uma sociedade sustentável, justa, solidária e democrática, onde a vida aconteça em condições dignas. (GIOMETTI, 2017, p. 44-45).

Ou seja, a educação ambiental surgiu diante da necessidade de uma mudança de paradigma (do mecanicista para o ecológico), onde houvesse modificação no modo de pensar e, principalmente, de agir para com a natureza. Após décadas de estudo, definiu-se que a educação ambiental possui diversas vertentes e que a sua abordagem crítica é a que melhor se coaduna ao propósito de transformação social, uma vez que é compreendida, pelos principais pesquisadores e autores desta temática, como uma proposta que vai além de um ato educacional, sendo considerada também como um ato político. Salienta-se que o avanço das

propostas no ramo da educação ambiental abriu caminho para o desenvolvimento da mesma em diferentes espaços, havendo então a educação ambiental formal (aquela trabalhada nas escolas) e a educação ambiental não-formal (aquela realizada pela coletividade e fora do domínio escolar- comumente pelas organizações não governamentais).

Diante desta perspectiva, no segundo capítulo da dissertação, foi possível compreender a inserção do Terceiro Setor na temática pesquisada, uma vez que é apontado neste capítulo o surgimento e o conceito das ONGs, compreendidas como organizações que atuam sem a intervenção Estatal e que, através da união da sociedade civil, buscam por uma melhoria na realidade vivenciada. Apresentando a Associação de Proteção e Preservação Ambiental (APPA) de Araras/SP dentro deste contexto, foi factível visualizar que a mesma surgiu através da união de cidadãos Ararenses preocupados com a degradação ambiental e dispostos a fazer algo que viesse a contribuir para a preservação do meio ambiente, bem como foi possível examinar e apresentar ao leitor o histórico das ações que foram desenvolvidas por esta ONG.

Assim sendo, o terceiro e último capítulo da pesquisa apresentou diversas possibilidades de inserção do profissional do Serviço Social na esfera da questão ambiental, compreendendo e expondo que se trata de uma das diversas manifestações da questão social, propósito fundamental de mediação para esta profissão. Enfatiza-se que além das ações comumente desenvolvidas pelo assistente social, a atuação na esfera da questão ambiental permite que este profissional explore mais a fundo as características educacionais, inerentes à sua profissão. Intervindo e contribuindo para a mudança de paradigma supracitada, o assistente social pode trabalhar como agente multiplicador de ideias de respeito e preservação ambiental.

Tendo encontrado na APPA um espaço sócio ocupacional propício para a inserção do assistente social, pode-se pensar em ações e projetos que possibilitem a atuação interventiva e educativa deste profissional no tocante à questão ambiental, visando melhoria tanto na qualidade de vida do sujeito inserido neste contexto, quanto no meio ambiente em que ele se encontra.

Uma vez que cumprir com objetivos pensados para esta pesquisa tornou-se um trabalho dificultoso, devido ao fato de a APPA estar inativa desde o ano de 2012, somado à quase inexistência de materiais físicos por parte desta, é possível que o

presente estudo vá além de deixar propostas de inserção do profissional do Serviço Social nas futuras atividades a serem desenvolvidas pela APPA, mas proporcione também a sugestão de algumas medidas consideradas imprescindíveis para o retorno e bom funcionamento da ONG. Assim sendo, pensando na retomada da APPA e no maior alcance da comunidade envolvida em seus projetos, sugere-se:

- Recuperação e organização de seus arquivos, os quais encontram-se atualmente em posse de alguns dos membros da ONG (enquanto que outros se perderam), pois acredita-se que para que a APPA possa retomar as suas atividades, é fundamental resguardar o seu histórico, unindo todos os documentos dos quais se tem conhecimento e organizando-os em um armário de arquivos, preferencialmente em ordem alfabética, de forma a facilitar consultas e pesquisas posteriores. **Ter fácil acesso à história da APPA, é de suma importância para se tornar possível um resgate da mesma.**
- Elaboração de projetos completos (com introdução, justificativa, objetivos gerais e específicos, metodologia, resultados esperados e cronograma), pois tal elaboração proporcionará mais organização à APPA e possibilidade de acompanhamento posterior à finalização das atividades. Lembrando que para a elaboração de projetos, os membros necessitam discutir textos teóricos que abordem a temática proposta pela ONG.
- Realização de reuniões frequentes, com registro em ata, de modo a não se perder os assuntos discutidos.
- Retorno da bióloga que atuou e desenvolveu projetos de educação ambiental crítica dentro do universo da APPA.
- Busca por parceiros e patrocinadores, visando o ganho de recursos financeiros que possibilitem a contratação de um profissional, pois esta dificuldade foi amplamente apontada na realização das entrevistas.
- Busca por apoio e parceria da UFSCAR, bem como das demais universidades mencionadas pelos entrevistados. Tais órgãos podem contribuir com pesquisa, extensão e atuação de estagiários.

Enfim, recomenda-se a não realização de atividades pontuais (aquelas realizadas sem maior envolvimento e/ou reflexão do público alvo, como por exemplo: entrega de mudas na praça), pois de acordo com a pesquisa realizada, estas se tratam de atividades de educação ambiental *comportamental*, ou seja, que não proporcionam verdadeira transformação da realidade.

A Carta da Terra convidava-nos, a todos, a começar de novo deixando para trás uma etapa de autodestruição, mas ainda não desenvolvemos uma consciência universal que o torne possível. Por isso, atrevo-me a propor de novo aquele considerável desafio: 'Como nunca antes na história, o destino comum obriga-nos a procurar um novo início [...]. Que o nosso seja um tempo que se recorde pelo despertar duma nova reverência face à vida, pela firme resolução de alcançar a sustentabilidade, pela intensificação da luta em prol da justiça e da paz e pela jubilosa celebração da vida.' (FRANCISCO (Papa), 2015, p. 158).

Por fim, é mister salientar que por meio do estudo da APPA e da proposta de inserção do profissional do Serviço Social em seu universo não se pretende aplicar nenhum demérito às atividades que foram desenvolvidas por esta ONG. Pelo contrário, a presente pesquisa visa ter colaborado para que a APPA se fortaleça e consiga retomar o desenvolvimento de seus projetos e atividades, em um futuro breve, conquistando visibilidade e adesão por parte de um público maior e crescente.

Finalizando este estudo, a conclusão a que se chega é que ainda são muitos os caminhos a percorrer na busca por um ambiente equilibrado, bem como na retomada de atividades da APPA.

Em linhas gerais, a humanidade entre amplas esferas da vida social precisa se envolver e conhecer as questões interligadas ao meio ambiente, principalmente no que se refere às mudanças ambientais contemporâneas e como tem sido retratada essa questão [...]. (SILVA, T. P., 2016, p. 99).

Acredita-se na possibilidade de inserção do trabalho do assistente social na APPA, visando a criação de uma equipe multiprofissional, onde seja possível somar os conhecimentos específicos de cada área de atuação, objetivando melhorias nas atividades propostas pela referida ONG, bem como o estudo de alternativas para

atingir um dos principais objetivos da APPA no momento: inserir-se à comunidade de forma mais efetiva.

Espera-se também que se tenha conseguido, a partir desta pesquisa, abrir espaço para a reflexão e discussão acerca da problemática ambiental dentro do universo do Serviço Social, além de trazer à tona a necessidade de mudança no comportamento humano, a fim de frear as constantes alterações dos fenômenos naturais, fator indispensável para a melhoria da qualidade de vida de todos que habitam o planeta Terra.

Almeja-se que a presente dissertação tenha conseguido mostrar o quanto a temática em pauta é relevante para a sociedade Brasileira e Mundial.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

APPA. **Projeto Margem Verde**: recomposição e preservação das matas ciliares e proteção ambiental. Araras, 2004a.

_____. **Relatório de atividades desenvolvidas**. Araras, 2004b.

_____. **Histórico**. Araras, 2009.

_____. **I Semana da Árvore APPA e CTEA –APPA**: relatório de atividades. Araras, 2011a.

_____. **I Semana do Meio Ambiente APPA e CTEA –APPA**: relatório de atividades. Araras, 2011b.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial**: modelos e instrumentos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano - compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Nova era**: a civilização planetária. São Paulo: Ática, 2000.

BORGES, F. H.; TACHIBANA, W. K. A evolução da preocupação ambiental e seus reflexos no ambiente dos negócios: uma abordagem histórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHEIROS DE PRODUÇÃO, 25., 2005, Porto Alegre. **Anais....** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005.

BORNHEIM, G. A. Filosofia e política ecológica. **Revista Filosófica Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 17-24, dez. 1985.

BRANCO, Samuel Murgel. **Meio ambiente**: uma questão moral. São Paulo: OAK, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 11 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF, 1997.

_____. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em: 11 abr. 2017.

BUENO, W.C. Comunicação e sustentabilidade: aproximações e rupturas. **Razón Y Palabra**, México (DF), n. 79, maio/jul. 2012. Disponível em: <http://www.razonypalabra.org.mx/N/N79/M79/05_Costa_M79.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2017.

CALDEIRA, C. S.; NUNES, A. R.; MORALES, A. G. Concepções sobre educação ambiental e meio ambiente de professores da educação básica: um estudo de caso no estado do Paraná. In: ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 7., 2013, Rio Claro. **Anais....** Rio Claro: Ed. Unesp, 2013.

CAPRA, F. **A teia da vida:** uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2006.

_____.; STONE, M. K., BARLOW, Z. **Alfabetização ecológica:** a educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARVALHO, H. F.; FERNANDES, N. B. G.; LOPES, A.F. Educação ambiental: uma abordagem das correntes de Sauv  . In: SIMPÓSIO DE GESTÃO AMBIENTAL E BIODIVERSIDADE, 5., 2016, Três Rios. **Anais....** Três Rios: Ed. UFRRJ, 2016. Disponível em: <https://www.itr.ufrj.br/sigabi/wp-content/uploads/5_sigabi/Sumarizado/61.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2017.

CARVALHO, I. C. M. **Educa  o ambiental:** a forma  o do sujeito ecológico. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Educa  o ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educa  o. In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). **Identidades da educa  o ambiental brasileira.** Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

_____. Qual educa  o ambiental? Elementos para um debate sobre educa  o ambiental e extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 43-51, abr./jun. 2001.

CASTRO, G.; ARAÚJO, J. M. O.; CLEMENTE, A. R. **Avalia  o da importância da utiliza  o do Centro Ambiental Dr. Sérgio Roberto Ieda na promo  o da Educa  o Ambiental no município de Araras – SP.** 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Gradua  o em Biologia) - Centro Universitário Hermínio Ometto, Araras, 2011.

CAVALCANTI, C. **Meio ambiente:** desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1997.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social:** Lei nº 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. Brasília, DF, 2012.

_____. Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos (as) Assistentes Sociais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 mar. 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

COMISSÃO DA CARTA DA TERRA. **Carta da Terra**. Paris, 2000. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf>. Acesso em: 31 maio. 2017.

COMISSÃO DA CARTA DE BELGRADO. **Carta de Belgrado**. Belgrado, 1975. Disponível em: <http://www.fzb.rs.gov.br/upload/20130508155641carta_de_belgrado.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2017.

DIAS, B. C. **O que é a EA crítica?** Rio de Janeiro, [2010]. Disponível em: <<https://eacritica.wordpress.com/educacao-ambiental-critica/>>. Acesso em: 9 set. 2016.

DIAS, M. R. **A atuação do assistente social como educador ambiental nos projetos de trabalho técnico social (PTTS)**. 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

DIAS, R. **Gestão ambiental:** responsabilidade social e sustentabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DUALIBI, M.; ARAÚJO, L. **Oficina de educação ambiental para gestão**, São Paulo: FEHIDRO : SMA, 2004.

ECO. **O que é desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro, 26 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28588-o-que-e-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

FERRI, M. G. **Ecologia e poluição**. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

FRANCISCO (Papa). **Carta Encíclica:** sobre o cuidado da casa comum. Roma, 2015. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html>. Acesso em: 12 fev. 2017.

GAONA PÉREZ, A. Necessidades de formação do assistente social no campo ambiental. In: DOMÍNGUEZ GÓMEZ, J. A.; VÁZQUEZ AGUADO, O.; GAONA PÉREZ, A. (Org.). **Serviço Social e meio ambiente**. Tradução de Silvana Cobucci Leite; rev. Marcos Reigota. São Paulo: Cortez, 2009.

GAUDÊNCIO, S. M. Resenha de MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. (Temas sociais). Resenha. Mossoró, 2013. Disponível em: <<https://mariogaudencio.wordpress.com/2013/01/02/maria-cecilia-de-souza-minayo/>>. Acesso em: 1 ago. 2016.

GIOMETTI, A. B. R. **Reflexões em educação ambiental: caminhos para a construção de um cidadão crítico**. 2017. Tese (Livre-Docência em Educação Ambiental no Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas, na disciplina Geografia) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

_____. et al. Prática e método de ensino para o conteúdo diferenciado a respeito do aquecimento global. In: _____.; FONSECA G.A.; SILVA, M. P. (Org.). **Ensino e práticas pedagógicas: a proposta do Núcleo de Ensino da UNESP Franca**. Franca: Ed. UNESP/FCHS, 2010.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IASI, M. L. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

JAPIASSÚ, H. **Dicionário básico de filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

KOSÍK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAYRARGUES, P. P. (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LEMES, L. A.; KAMIMURA, A. L. M. Educação ambiental: perspectivas de atuação do assistente social. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 250-264, 2009.

LIMA, G. F. C. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n.1, p. 145-163, jan./abr. 2009.

MACHADO, G. B. **Conceitos da educação ambiental**. Belém, 2013. Disponível em: <<http://www.portalresiduossolidos.com/conceitos-da-educacao-ambiental/>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social**. Identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, K. **O capital**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996a. L. 1. t. 1.

_____. _____. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996b. L. 1. t. 2.

_____. **A questão judaica**. Tradução de Artur Mourão. São Paulo: Centauro, 2005.

MEC. **Um pouco da História da Educação Ambiental**. Brasília, DF, [1999].

Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/historia.pdf>>.

Acesso em: 9 set. 2016.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1999.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 51-64, jan. 2012.

OLIVEIRA, F. A. Reflexões críticas sobre *weltanschauung*: uma análise do processo de formação e compartilhamento de cosmovisões numa perspectiva teo-referente. **Fides Reformata**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 31-52, 2008.

PENSAMENTO VERDE. **Você sabe o que é consciência ambiental e ecológica?** [S.l.], 2014. Disponível em: <<http://www.pensamentoverde.com.br/atitude/voce-sabe-o-que-e-consciencia-ambiental-e-ecologica/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

RAMOS, E. C. O processo de constituição das concepções de natureza: uma contribuição para o debate na educação ambiental. **Ambiente e Educação: Revista de Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 15, n. 1, p. 67-91, 2010.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

ROSA, B. O. **As vozes e as visões dos catadores de materiais recicláveis sobre o meio ambiente**. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2015.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio ou da educação**. Trad. de Sérgio Milliet. 2. ed. rev. São Paulo: DIFEL, 1973.

SANTOS, C. M. D. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. **Revista Conexão Geraes**, Belo Horizonte, p. 25-30, jul./dez. 2013. Belo Horizonte, Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/Revista-3.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

SILVA, A. A.; TROMBETA, I. **Serviço Social e meio ambiente: preservação ambiental e qualidade de vida na Sabesp do município de Franca/SP**. 2011. 101 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

SILVA, M. G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, T. P. **Questão socioambiental e suas inter-relações com o serviço social**. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

SILVEIRA, T. G. **Planejamento e gestão na responsabilidade social: desafios para o Serviço Social**. 2016. 83 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

SMITH, L. C. **O mundo em 2050: como a demografia, a demanda de recursos naturais, a globalização, a mudança climática e a tecnologia moldarão o futuro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

SOUZA, C. F. S. **A importância da gestão de pessoas no Terceiro Setor: estudo sobre as instituições na cidade de Passos – MG**. 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

STENGERS, I. **No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

TESTA, A. L. A crítica de Reich sobre o paradigma mecanicista de ciência. In: ENCONTRO PARANAENSE, 13.; CONGRESSO BRASILEIRO, 7.; CONVENÇÃO BRASIL/LATINO-AMÉRICA, 2., 2008. **Anais....** Curitiba: Centro Reichiano, 2008. CD-ROM. [ISBN – 978-85-87691-13-2]. Disponível em: <<http://www.centroreichiano.com.br/artigos/Anais%202008/Ana%20Lu%C3%ADsa%20Testa.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

TONET, I. Educação e meio ambiente. **Rebela:** Revista Brasileira de Estudos latino-Americanos, Florianópolis, v. 5, n.3, p. 479-491, set./dez. 2015.

WADA, C. **Histórico dos movimentos ambientais no Brasil e no mundo.** São Paulo, [201-]. Disponível em:
<<http://www.cmqv.org/website/artigo.asp?cod=1461&idi=1&moe=212&id=17071>>.
Acesso em: 7 fev. 2017.

WILLIAMS, R. **Recursos da esperança:** cultura, democracia, socialismo. São Paulo: Ed. Unesp, 2015.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro da entrevista com os fundadores da APPA

Parte 1 – DADOS SOBRE O SUJEITO DA PESQUISA

- 1- Qual a sua profissão?
- 2- Há quanto tempo exercia seu ofício quando decidiu fundar a APPA e quais foram as suas motivações e objetivos?
- 3- Qual a maior dificuldade encontrada ao fundar uma ONG?
- 4- Quais os profissionais que compunham a APPA em sua data de fundação?
- 5- Atuou durante quanto tempo na APPA e qual foi o papel que desenvolveu durante a sua atuação?
- 6- Das atividades desenvolvidas pela APPA, acredita que seus objetivos foram alcançados? Por quê?
- 7- Qual a Instituição onde realiza seu exercício profissional atualmente?

Parte 2 – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO

- 1- Perante a sua trajetória profissional, já estabeleceu contato com algum assistente social? De que forma?
- 2- A partir de sua perspectiva, qual é o papel do assistente social frente à questão ambiental?
- 3- Em sua opinião, com o agravamento cada vez mais inquietante da questão ambiental, quais novas demandas surgem para a sua profissão?
- 4- Quais obstáculos e motivações ocorreram durante sua trajetória profissional na APPA?
- 5- Em sua ótica, quais os desafios futuros para esta ONG?

Apêndice B – Roteiro da entrevista com os profissionais voluntários da APPA

Parte 1 – DADOS SOBRE O SUJEITO DA PESQUISA

- 1- Qual a sua profissão?
- 2- Atuou/atua durante quanto tempo na Associação de Proteção e Preservação Ambiental de Araras?
- 3- Em qual outra área de atuação já trabalhou?
- 4- Nas atividades profissionais que já realizou, houve possibilidades de pensar ou desenvolver intervenções em relação ao meio ambiente?
() não
() sim. Se sim, quais ações foram desenvolvidas?

Parte 2 – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO

- 1- Em sua opinião, com o agravamento cada vez mais inquietante da questão ambiental, quais novas demandas surgem para a sua profissão?
- 2- Diante a sua trajetória profissional, já estabeleceu contato com algum assistente social? De que forma?
- 3- A partir de sua perspectiva, qual é o papel do assistente social frente à questão ambiental?
- 4- Sobre a atuação em que já realizou na área socioambiental, descreva as experiências vivenciadas, como também, as que realizou na Associação de Proteção e Preservação Ambiental de Araras.
 - 4.1 – Descreva os demais profissionais envolvidos nas ações desenvolvidas.
 - 4.2 – Quanto tempo de duração, e o que se propôs a realizar?
 - 4.3 – Quais acha que poderiam ser as contribuições do Serviço Social neste universo?
- 5- Quais obstáculos e motivações ocorreram durante sua trajetória profissional na Associação de Proteção e Preservação Ambiental de Araras?
- 6- Em sua ótica, quais os desafios futuros para esta ONG?

Apêndice C- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____

DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____. IDADE: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: _____ Nº _____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____.

Eu, _____, declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: um estudo da Associação de Proteção e Preservação Ambiental (APPA) de Araras/SP.** O projeto de pesquisa será conduzido por **Andréa Aparecida da Silva Anitelli**, do Programa de Pós-Graduação em **Serviço Social**, orientado pela **Prof^a. Dr^a. Analúcia Bueno dos Reis Giometti**, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: Dissertação de Mestrado, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. A pesquisa propõe analisar a inserção do assistente social na esfera da questão ambiental, destacando as ações educativas, preventivas e interventivas desta profissão, a qual tem por seu objetivo principal a transformação da realidade social. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, de de 2016.

Assinatura do participante

(assinatura)

Pesquisador Responsável

Nome: Andréa Aparecida da Silva Anitelli

Endereço:

Tel:

E-mail: andrea.anitelli@gmail.com

(assinatura)

Orientador

Prof. (a) Dr. (a): Analúcia Bueno dos Reis Giometti

Endereço:

Tel:

E-mail: analuciagiometti@yahoo.com.br

ANEXOS

Anexo A – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: um estudo da Associação de Proteção e Preservação Ambiental (APPA) de Araras/SP.

Pesquisador: ANDREA APARECIDA DA SILVA ANITELLI

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 64311917.2.0000.5408

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de Franca

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.955.815

Apresentação do Projeto:

A apresentação do projeto cumpre com os requisitos básicos da pesquisa científica.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos são claros e plausíveis de serem atingidos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A avaliação de riscos está contemplada nas considerações das autora. Reportam haver um risco mínimo; contudo, admitem a possibilidade de riscos. Esta consciência é importante para nortear a pesquisa com humildade e cuidado, para não ferir o preceito ético de respeito ao participante da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

É uma pesquisa pertinente porque procura caminhos de inserção do assistente social na Associação de Proteção e Preservação Ambiental (APPA). De fato, a questão ambiental é também um problema social e deve ser trabalhada sob diversos olhares, sendo a multidisciplinaridade uma via possibilitante desse trabalho.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Ao reportar as resoluções norteadoras da ética na pesquisa com seres humanos, cita-se apenas a Resolução 196/1996. É preciso considerar que tal resolução foi atualizada e ampliada com a

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



Continuação do Parecer: 1.955.815

Resolução 466/2012. Não se pode ignorar as novas considerações desta última Resolução.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

A coordenadora aprova "ad referendum" do colegiado o parecer do relator.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FRANCA, 09 de
Março de 2017

Assinado por:
Helen Barbosa Raiz
Engler
(Coordenador)

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

Anexo B – Carta de Belgrado

Carta de Belgrado

Uma estrutura global para a educação ambiental

A. Situação da problemática ambiental

Nossa geração foi testemunha de um crescimento e de um progresso tecnológico sem precedentes, que mesmo quando aportou benefícios a muitas pessoas, provocou ao mesmo tempo graves conseqüências sociais e ambientais. Aumenta a desigualdade entre ricos e pobres, entre as nações e dentro delas; e existem evidências de uma crescente degradação ambiental, sob diferentes formas, em escala mundial. Esta situação, apesar de causada principalmente por um número relativamente pequeno de países, afeta a toda humanidade.

A recente Declaração das Nações Unidas para uma Nova Ordem Econômica Internacional (Resolução da 6ª Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU, adotada em 10 de maio de 1974, Nova Iorque), pede um novo conceito de desenvolvimento, que leve em consideração a satisfação das necessidades e os desejos de todos os habitantes da Terra, o pluralismo das sociedades e o equilíbrio e harmonia entre o homem e o ambiente. O que se busca é a erradicação das causas básicas da pobreza, da fome, do analfabetismo, da contaminação, da exploração e da dominação. Tratar, como se fazia antes, estes problemas cruciais de modo fragmentado, não é de modo algum adequado à esta situação.

É absolutamente vital que todos os cidadãos do mundo insistam em medidas que apoiem um tipo de crescimento econômico que não tenha repercussões prejudiciais para as pessoas, para seu ambiente, nem para suas condições de vida. É necessário encontrar modos de assegurar que nenhuma nação cresça ou se desenvolva às custas de outra, e que o consumo de um indivíduo não ocorra em detrimento dos demais. Os recursos da Terra devem ser utilizados de modo que beneficiem a toda humanidade, e que proporcionem melhoria da qualidade de vida para todos.

Portanto, necessitamos uma nova ética global, uma ética dos indivíduos e da sociedade que corresponda ao lugar do homem na biosfera; uma ética que reconheça e responda com sensibilidade as relações complexas, e em contínua evolução, entre o homem e a natureza e com seus similares. Para assegurar o modelo de crescimento proposto por esse novo ideal mundial, devem ocorrer mudanças significativas em todo mundo, mudanças baseadas em uma repartição eqüitativa dos recursos do mundo e em sua satisfação, de modo mais justo, das necessidades de todos os povos. Esse novo tipo de desenvolvimento exigirá também a redução máxima dos efeitos nocivos sobre o meio ambiente, o uso de

resíduos para fins produtivos e o desenvolvimento de tecnologias que permitam alcançar estes objetivos. Sobretudo, se exigirá a garantia de uma paz duradoura, através da coexistência e da cooperação entre as nações que tenham sistemas sociais diferentes. Se conseguirá recursos substanciais destinados à satisfação das necessidades humanas restringindo os armamentos militares e reduzindo a corrida armamentista. A meta final deve ser o desarmamento.

Esses novos enfoques do desenvolvimento e da melhoria do meio ambiente exigem uma reclassificação das prioridades nacionais e regionais. Devem ser questionadas as políticas que procuram intensificar ao máximo a produção econômica sem considerar as conseqüências para a sociedade e para a quantidade dos recursos disponíveis para melhorar a qualidade de vida. Para que se possa alcançar a mudança de prioridades, milhões de pessoas terão que adequar as suas, e assumir uma ética individualizada e pessoal, e manifestar, em seu comportamento global, uma postura de compromisso com a melhoria da qualidade do meio ambiente e da vida de todos os povos do mundo.

A reforma dos processos e sistemas educativos é essencial para a elaboração desta nova ética do desenvolvimento e da ordem econômica mundial. Os governos e formuladores de políticas podem ordenar mudanças e novos enfoques para o desenvolvimento, podem começar a melhorar as condições de convívio no mundo, mas tudo isso não deixa de ser solução de curto prazo, a menos que a juventude mundial receba um novo tipo de educação. Isso vai requerer a instauração de novas e produtivas relações entre estudantes e professores, entre escolas e comunidades, e ainda entre o sistema educativo e a sociedade em geral.

A Recomendação 96 da Conferência sobre o Meio Ambiente Humano de Estocolmo pediu um maior desenvolvimento da Educação Ambiental, considerada como um dos elementos fundamentais para poder enfrentar seriamente a crise ambiental no mundo. Essa nova Educação Ambiental deve se basear e se vincular amplamente aos princípios básicos definidos na Declaração das Nações Unidas sobre a “*Nova Ordem Econômica Internacional*”.

É nesse contexto que devem ser colocados os fundamentos para um programa mundial de Educação Ambiental que possibilitará o desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades, de valores e atitudes, enfim, um esforço direcionado a uma melhor qualidade do ambiente, e de fato, para uma melhor qualidade de vida para as gerações presentes e futuras.

B. Metas Ambientais

A meta da ação ambiental é:

Melhorar todas as relações ecológicas, incluindo a relação da humanidade com a natureza e das pessoas entre si.

Assim, existem dois objetivos preliminares:

1. Para cada nação, de acordo com sua própria cultura, **esclarecer o significado de conceitos básicos**, tais como a “qualidade de vida” e a “felicidade humana”, no contexto do ambiente global, esforçando-se também para precisar e compreender essas noções como são compreendidas por outras culturas além das fronteiras nacionais.

2. **Identificar as ações** que garantam a preservação e melhoria das potencialidades humanas e que favoreçam o bem-estar social e individual, em harmonia com o ambiente biofísico e com o ambiente criado pelo homem.

C. Meta da Educação Ambiental

Formar uma população mundial consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas associados, e que tenha conhecimento, aptidão, atitude, motivação e compromisso para trabalhar individual e coletivamente na busca de soluções para os problemas existentes e para prevenir novos.

D. Objetivos da Educação Ambiental

Tomada de consciência. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir maior sensibilidade e consciência do meio ambiente em geral e dos problemas.

Conhecimentos. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir uma compreensão básica do meio ambiente em sua totalidade, dos problemas associados e da presença e função da humanidade neles, o que necessita uma responsabilidade crítica.

Atitudes. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir valores sociais e um profundo interesse pelo meio ambiente que os impulse a participar ativamente na sua proteção e melhoria.

Aptidões. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir as aptidões necessárias para resolver os problemas ambientais.

Capacidade de avaliação. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a avaliar as medidas e os programas de educação ambiental em função dos fatores ecológicos, políticos, sociais, estéticos e educativos.

Participação. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a desenvolver seu sentido de responsabilidade e a tomar consciência da urgente necessidade de prestar atenção aos problemas ambientais, para assegurar que sejam adotadas medidas adequadas.

E. Destinatários

O destinatário principal da Educação Ambiental é o público em geral. Nesse contexto global, as principais categorias são as seguintes:

1. O setor da educação formal: alunos da pré-escola, ensino básico, médio e superior, professores e os profissionais durante sua formação e atualização.
2. O setor da educação não-formal: jovens e adultos, tanto individual como coletivamente, de todos os segmentos da população, tais como famílias, trabalhadores, administradores e todos aqueles que dispõem de poder nas áreas ambientais ou não.

F. Diretrizes Básicas dos Programas de Educação Ambiental

1. A Educação Ambiental deve considerar o ambiente em sua totalidade – natural e criado pelo homem, ecológico, econômico, tecnológico, social, legislativo, cultural e estético.
2. A Educação Ambiental deve ser um processo contínuo, permanente, tanto dentro como fora da escola.
3. A Educação Ambiental deve adotar um método interdisciplinar.
4. A Educação Ambiental deve enfatizar a participação ativa na prevenção e solução dos problemas ambientais.
5. A Educação Ambiental deve examinar as principais questões ambientais em uma perspectiva mundial, considerando, ao mesmo tempo, as diferenças regionais.
6. A Educação Ambiental deve se basear nas condições ambientais atuais e futuras.
7. A Educação Ambiental deve examinar todo o desenvolvimento e crescimento a partir do ponto de vista ambiental.
8. A Educação Ambiental deve promover o valor e a necessidade da cooperação a nível local, nacional e internacional, na solução dos problemas ambientais.